



tempo e presença

Publicação do CEDI ■ número 225 ■ novembro de 1987 ■ Cz\$ 25,00

ICIL VDA NA CIL

129



tempo e presença

Revista mensal do CEDI

Novembro 87

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável

José Domingos Bragheto
Reg. Prof. nº 8.763

Secretário de Redação

Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica
João Francisco Esval

Capa

Anita Slade.

Fotolito

Rei Tom
Arte&Fotolito

Impressão e

Acabamento
Gráfica Pirâmide

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 25,00

Assinatura anual:
Cz\$ 200,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 300,00

Cartas

Recebo com satisfação o exemplar de *Tempo e Presença*. Não é uma publicação com grandes pretensões teóricas: trata-se de uma revista destinada a pessoas de diversas faixas de idade que procuram compreender o que se passa na realidade. Os artigos editados não são desenvolvidos no abstrato, mas a partir de uma realidade bem concreta. É por isso que a revista mostra como a classe oprimida forja seus instrumentos de luta para sair da situação atual e quais alianças ela estabelece com a Igreja para construir uma nova força. E é assim que se abrem perspectivas.

Gostaria de saber se *Tempo e Presença* já publicou algum artigo sobre juventude, focalizada dentro de uma perspectiva ecumênica. Isso porque jovens mais engajados nos dias de hoje encontram na revista sua posição mais segura e suas linhas de ação, dentro de um ecumenismo voltado para o povo e comprometido com a história e com o Evangelho.

Claudio Balbino da Silva
Formiga, MG

O número 197 (março/abril de 1985) de *Tempo e Presença* tratou do tema "Juventude", trazendo textos de Milton Quintino, Eder Sader, Rubem Alves, CNBB e JOC. Estamos enviando um exemplar para você.

A caminhada dos agentes pastorais populares rumo à libertação do povo massacrado pela exploração incessante do capitalismo não seria consistente sem a figura marcante da revista *Tempo e Presença*. Ela, pelos temas atuais e envolventes que aborda, nos insere no espaço da informação que se faz urgente e indispensável no acompanhamento das lutas do povo de Deus.

Força e solidariedade a todos. Que a justiça não demore...

Sérgio G. Ramalho
Santa Brígida, BA

Gostaria de dizer primeiramente que a revista é fabulosa. O único "probleminha" é que durante três meses (de junho a agosto) não saiu nenhum artigo (estorinha) do Rubem Alves. Por favor, nunca deixem de publicá-lo, pois com ele a revista fica encantada.

Paulo Roberto Correia
Rio de Janeiro, RJ

Estou encaminhando cheque para assinaturas de *Tempo e Presença* e *Aconteceu*. Entendemos que será material muito útil ao trabalho e à luta que travamos na zona rural de Minas.

Deixamos expressa a nossa admiração ao trabalho evangélico com a divulgação das notícias à serviço da causa popular que vocês realizam.

PT saudações.

Dep. Raul Messias Franco
Assembleia Legislativa
Belo Horizonte, MG

Tenho lido e observado o trabalho de vocês. Pode cons-

tatar que ele é desempenhado com muita seriedade. São satisfatoriamente críticos nas matérias e os assuntos são importantes, polêmicos e atuais. Mas o que me desperta maior interesse é a linha libertadora que procuram desenvolver.

Desejo que possam continuar esse trabalho de grande valor para a sociedade. E que consigamos cada dia mais transformá-la em nova, marcando *presença no tempo*.

Nilceu Jacob Deitos
Toledo, PR

Agradecemos-lhes a gentileza de enviarem a revista *Tempo e Presença* e queremos fazer-lhes chegar nossa felicitação pelo produto alcançado que diz de seus esforços e constância no trabalho.

Esperamos receber outras publicações, não somente pelo interesse no tema, senão por sua utilidade para nossas atividades e sua divulgação.

Mário Padrón
Desco — Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo
Lima, Peru

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 450,00
Volume 5 — Javari	Cz\$ 270,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 400,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 50,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 50,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 50,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 50,00
Fiat 1981	Cz\$ 50,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 70,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 210,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 300,00

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve	Cz\$ 100,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 100,00
Sexta assembleia do CMI	Cz\$ 140,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 70,00
Rochas comunitárias & outras experiências de coletivização	Cz\$ 70,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 70,00

Índice

Cidade

- 4 A DIFÍCIL LUTA PELO ESPAÇO URBANO
Edson Silva
- 6 O DIA DA AUDÁCIA
Evaldo Luis Pauly
Elias Mayer Vergara e
Emílio F. P. Rodrigues
- 8 A MORTE DE PIXOTE: UMA HISTÓRIA MAL CONTADA
Caco Barcellos
- 10 O MORRO NÃO É BONITO
Fernando Gabeira
- 12 O PROBLEMA DOS TRANSPORTES COLETIVOS
Roberto Baschera
- 14 POLUIÇÃO: A VIDA AMEAÇADA NA CIDADE
Marco Antônio Piva
- 16 A AGONIA DE UMA CIDADE
Roberto Zwetsch
- 18 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA
Francisco Alencar
- 21 PENTECOSTALISMO: UMA TERAPIA RELIGIOSA NA CIDADE
José Bittencourt Filho

Constituinte

- 23 A QUESTÃO URBANA E A CONSTITUINTE
Nireu Oliveira Cavalcanti

América Latina

- 26 NICARÁGUA: A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA (1985-1987)
Inies

Bíblia hoje

- 29 A TORRE DE BABEL
Evaldo Luis Pauly

Livros

- 31 TORTURA E REPRESSÃO POLÍTICA
Hélio Bicudo

Última página

- O RETRATO DO BRASIL
UM RETRATO DO BRASIL DE HOJE

Cidades: desafios urgentes e complexos

Diariamente, ficamos estarecidos com fatos indicadores da crescente deterioração da vida nas grandes cidades brasileiras. São cenas de violência de todas as naturezas, verdadeiras agressões à dignidade do ser humano. Os meios de comunicação social invadem o nosso dia a dia mostrando o sofrimento indescritível de milhões de pessoas, que procuram sobreviver ao caos urbano instalado em nosso país. Como sempre acontece, a maioria desse contingente é constituída de pobres, com parcela muito forte de crianças. Há, também, problemas que atingem outros segmentos sociais.

O que torna a questão mais dramática é que apesar de todos os avanços tecnológicos e dos gastos de consideráveis recursos, os problemas, em vez de apresentarem perspectiva de solução, caminham aceleradamente para o seu agravamento.

A questão do transporte coletivo assume aspectos estarecedores. São trabalhadores que consomem duas, três horas por dia espremidos em precários trens e ônibus, em condições absolutamente aviltantes, gastando tempo irrecuperável de suas vidas. E o problema da moradia que se agrava drasticamente. O crescimento das favelas, dos cortiços, é indicador inquestionável da estrutura de injustiça que tem sido criada. Nega-se o mínimo de condições de descanso, de higiene, de convivência a cidadãos que têm direito a um lar decente e digno. A falta de um plano sério de habitação popular transforma a questão da moradia em um pesadelo constante para os trabalhadores. A questão da saúde, com a falta de saneamento e com as dificuldades econômicas para se ter alimentação necessária, torna-se problema crucial.

A poluição cada vez maior nas cidades aumenta as doenças e encurta a vida. A destruição da natureza, a contaminação das águas dos rios e dos mares e a ocupação das áreas verdes são outros fatores de desumanização.

Esse conjunto de violências, causado por um sistema econômico injusto, vai agravando o quadro de miséria, de doenças e de

marginalização. A cara dessa sociedade fica mais desnudada, a opressão torna-se mais transparente e suas conseqüências aparecem drasticamente. Quem pode ficar indiferente a esses milhões de crianças sujas e maltrapilhas perambulando pelas ruas de nossas cidades? Como calar frente às situações de indignidade em que vivem os favelados moradores de bairros periféricos? Como continuar com um cúmplice silêncio frente ao tratamento violento e policial que se quer apresentar como solução para questão tão complexa?

Evidentemente, a mudança desse quadro urbano brasileiro exige medidas mais radicais e totalizadoras. Passa pela reforma agrária, pela justa remuneração do trabalho, pela discussão da propriedade privada, pelo direito da moradia, pelo fortalecimento das organizações dos trabalhadores, enfim, por toda uma série de medidas que necessariamente alterariam o atual quadro. Colocam-se muitas esperanças na Assembléia Nacional Constituinte, mas o tratamento da questão urbana não está indicando muitos avanços. Elemento positivo, ainda que frágil e indefinido é o aumento das associações de moradores. Indica fortalecimento da sociedade civil, o que possibilita uma maior pressão popular, principalmente frente ao Estado. A perspectiva política dessas organizações pode tornar-se elemento significativo na construção de uma sociedade democrática. Também as igrejas têm tido dificuldades em elaborar um plano pastoral frente à complexa questão urbana, e muitas vezes tomam atitudes que não correspondem à densidade dessa problemática. Tem surgido, nos centros urbanos, expressões religiosas que têm-se transformado simplesmente em fornecedoras de bens de consumo da fé, com fortes indícios de exploração e aventureirismo.

Pretendemos com esse número de Tempo e Presença, colaborar para ampliar o debate sobre a vida nas cidades, que precisa ser realmente ecumênico e político, pois exige equacionamentos que envolvem decisões profundas e coerentes.

A difícil luta pelo espaço urbano

Edson Silva

No início deste ano, dado a sua gravidade social, um assunto mereceu grande destaque na imprensa do país: a luta pela moradia em São Paulo. Mesmo se intensificando a partir das ocupações de áreas públicas e particulares na Zona Leste, o movimento, entre os saldos pretendidos, não conseguiu conquistar tetos para as mais de 30 mil famílias cadastradas pelo Movimento dos Sem-Terra de São Miguel Paulista. No entanto, colocou em xeque o princípio da responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal. A mobilização aconteceu no momento em que a precariedade habitacional (encorticiamento, favelamento, elevação dos aluguéis, falta de financiamento para aquisição de residências) e

o achatamento dos salários atingiam índices alarmantes.

Apesar da habitação estar colocada entre as quatro prioridades da administração Orestes Quércia (as outras são a segurança, o menor e o transporte), passados oito meses de governo o que ainda reina é a promessa de construção de milhares de residências numa evidente falácia: o governo viabiliza (consegue autorização de recursos), o que não significa construção. O tempo entre a promessa da casa e a realidade da entrega das chaves às famílias é de, no mínimo, um ano. A declaração do secretário de Habitação, Adriano Murgel Branco, de que "é triste constatar que a po-

lítica habitacional do Estado é feita no grito", numa alusão às invasões na Zona Leste, é sintomática da ausência de propósitos com a causa.

Distribuição de renda

Mas São Paulo é apenas uma amostragem da frenética luta pela moradia que acontece por todo o país. Um problema crônico que, segundo a imaginação coletiva, estaria solucionado apenas com a demonstração de vontade política dos governos. A questão da moradia, no entanto, transcende a necessidade de programas habitacionais de incentivo à construção e comercialização de residências, esbarrando num processo histórico característico dos países capitalistas. Isto leva à conclusão de que a vigorar a presente política econômica brasileira, que determina no seu bojo uma injusta distribuição de renda, de nada adiantaria ou determinaria a vontade política dos governantes para eliminar as carências sociais de moradia.

A discussão em torno do assunto, invariavelmente, culmina com a constatação de um déficit habitacional assustador — 2 milhões de residências no estado de São Paulo e 10 milhões no país todo. A defasagem, numa análise imediata, encontra explicação no confronto entre o crescimento populacional e a necessidade de construção de novas moradias. A explicação é enganosa, como também não é sincera a tese dos movimentos organizados que defendem o direito à moradia. Para eles, a demanda interessada na moradia, concentrada nas zonas periféricas, "nada quer de graça" e está disposta a pagar prestações



A luta pela terra é caso de polícia, para o governo e os proprietários.



Zona Leste de São Paulo: teimosia da esperança na busca de um pedaço de chão.

condizentes com o ganho salarial familiar. Por isto mantêm como eixo central da luta a reivindicação da construção massiva de residências. Esta pregação despreza fatores como o desemprego e o subemprego crônico, geradores de ínfimos salários aos quais está submetido o populoso exército de reserva de mão-de-obra. Esta realidade leva à alta inadimplência, fenômeno ao qual os princípios capitalistas não são afeitos.

A solução para o problema habitacional, considerado este raciocínio, não estaria resumida apenas ao suprimento de moradia, fator que leva todos os setores envolvidos na discussão (do governo aos movimentos) a concluírem pela necessidade da instituição de um Plano Nacional de

Habitação — já discutido a nível do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU). Ela exigiria recursos a fundo perdido, dentro da previsão orçamentária da União, dos Estados e municípios para atendimento às faixas de baixa renda. Demandaria também a capacitação do comprador, a partir da distribuição de renda mais justa. Isto porque esta demanda, segundo os princípios capitalistas, constitui-se de candidatos aptos a pagar pelo custo do imóvel.

Estatísticas comprovam

A explicação enganosa sobre a origem do déficit e a pregação dos movimentos se-

gundo a qual o povo quer e pode pagar pelo espaço que ocupa, estão retratadas nos números estatísticos: dois terços dos habitantes das zonas periféricas dispostos a adquirir uma residência são remunerados com o Piso Salarial Nacional (Cz\$ 3 mil). Com esta renda, qualquer aquisição estaria inviabilizada. E isto é o que provam os resultados da pesquisa realizada em São Paulo pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, divulgada no primeiro semestre deste ano. Segundo o estudo, as famílias que declararam renda média de Cz\$ 6.268,00 se dispõem a pagar prestações mensais da casa própria entre 400 e 904 cruzados. A possibilidade indicada pela pesquisa do Gallup exclui esta faixa da população da demanda, tendo em vista o elevado preço imposto pelos princípios que regem a produção capitalista da moradia no país, ao direito de habitar.

Outro dado que leva a concluir que o déficit habitacional não vai encontrar solução apenas na corrida desenfreada da construção em alta escala para atender a demanda são as estatísticas imobiliárias do mês de setembro. Elas indicaram um encalhe de 35 mil imóveis disponíveis para venda em São Paulo. Ao mesmo tempo um mercado potencial para aquisição de 500 mil residências e terrenos era registrado pela pesquisa do Instituto Gallup.

Assim, por mais vontade política que os governantes tenham, a crise brasileira da moradia não será solucionada pela instituição de um Plano Nacional de Habitação ou a simples escolha da habitação como prioridade administrativa para um período de governo, até porque a crise está embutida nos critérios produtivos de moradia do sistema que aí está.

Edson Silva é jornalista profissional.

Zona Leste: palco vivo da miséria

A Zona Leste de São Paulo é hoje o terceiro núcleo populacional mais habitado do país — depois de São Paulo e Rio de Janeiro — com cerca de 3,5 milhões de habitantes, formado basicamente por migrantes. São desempregados, subempregados, vítimas da injusta distribuição de renda e da política econômica que elevou os aluguéis a custos proibitivos, superando qualquer renda familiar. A região vive um dilema sério: a carência de moradias contrasta-se com vastas áreas reservadas à especulação imobiliária.

Além desse dilema, há a contradição da falta de teto para crianças, idosos e trabalhadores que produzem riquezas. Na década de

70, surgiu o Movimento de Defesa dos Moradores de São Miguel Paulista. Em 1984, foi criado o Movimento dos Sem-Terra de São Miguel Paulista, com a proposta de organizar a luta pela moradia. Em fevereiro deste ano, com a retomada da luta, as invasões das áreas tornaram-se instrumentos legítimos de pressão contra os governos federal, estadual e municipal. O movimento cadastrou mais de 30 mil famílias carentes de moradia e exigiu solução dos governos. A resposta foi a violência policial, a omissão do Legislativo e do Judiciário. A questão da moradia, na ótica dos governantes, é "caso de polícia", e tanto assim foi tratada que culminou, em abril deste ano, com a morte do pedreiro

Adão Manoel da Silva, assassinado pela Guarda Metropolitana da Prefeitura de São Paulo.

A região é formada por cinco bairros principais: Penha, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista e Guaianazes, locais transformados a partir de março num cenário explícito da miséria. O que se viu nos primeiros meses do ano foi a explosão do problema mais grave enfrentado pelo povo: a moradia. O planejamento precário da cidade não permite, no entanto, transporte decente, pavimentação adequada, saneamento básico como água e esgoto e, principalmente, segurança pública. (ES)

O dia da audácia

Evaldo Luis Pauly,

Elias Mayer Vergara e

Emílio F. P. Rodrigues



A tensão inicial não diminui a coragem dos sem-teto...

Na madrugada fria e chuvosa algumas famílias não conseguiram dormir. Outras famílias, aquecendo-se como podiam, dormiam sem saber o que lhes reservava o dia de sábado que estava chegando. Depois de algumas reuniões, estudos, sigilo, a decisão estava tomada. Ocupar alguns sobrados do conjunto residencial Campos Verdes, em Alvorada (RS). Eram moradias, concluídas há mais de dois anos, e ainda não comercializadas. Tratava-se apenas de ocupar pou-

cas moradias das 2.040 que compunham o conjunto residencial.

A construtora do setor dos sobrados estava em débito com a prefeitura e, conforme calculava o movimento, poderiam ser desapropriados apenas pelo valor dos impostos atrasados e nunca saldados com a prefeitura. O sono continuava não vindo. Os filhos ansiosos, sonhando com aquelas casas bonitas e decentes que nunca puderam ter. Os pais com medo da repres-

são, mas não menos decididos. Um apoiando o outro, os casais sentiam-se ainda mais unidos e companheiros.

A alvorada das ocupações

Amanhece. Nevoeiro e chuva não impediram que as pessoas comessem a chegar. Inicia-se a ocupação na primeira hora da tarde, ordeira e pacífica. Famílias inteiras se instalam. Pisam pela primeira vez num carpete que sentiam como seu. Não era o carpete da sala da patroa, nem o carpete do departamento de pessoal. Um carpete ralinho, novo e já meio desbotado. Mas era carpete! Medo e alegria tomam conta das pessoas. Logo a notícia se espalha entre os vileiros da cidade. A TV anuncia aquilo que chamou de "invasão orquestrada". Com isso alerta famílias que antes dormiam tranquilas, dando-lhes a idéia de lutar. Famílias e mais famílias vinham de todos os lados. Mudanças trazidas de carroça. Nas últimas horas da tarde, já são 10 mil pessoas que acumulam-se em torno dos sobrados. A decisão foi rápida: entrar nos edifícios. Chega também a polícia. Mas como enfrentar a multidão alojada nos apartamentos e sobrados? Há indecisão e surpresa! Dez mil pessoas, da noite para o dia, sentiam-se num novo e merecido lar. É a alvorada das ocupações.

Movimento espontâneo, que organiza-se no próprio ato de lutar, que sem entender porquê, tenta transformar a especulação imobiliária dos latifundiários urbanos e do governo em moradia. "Edificarão casas e nelas habitarão, tchê!", diria o pro-

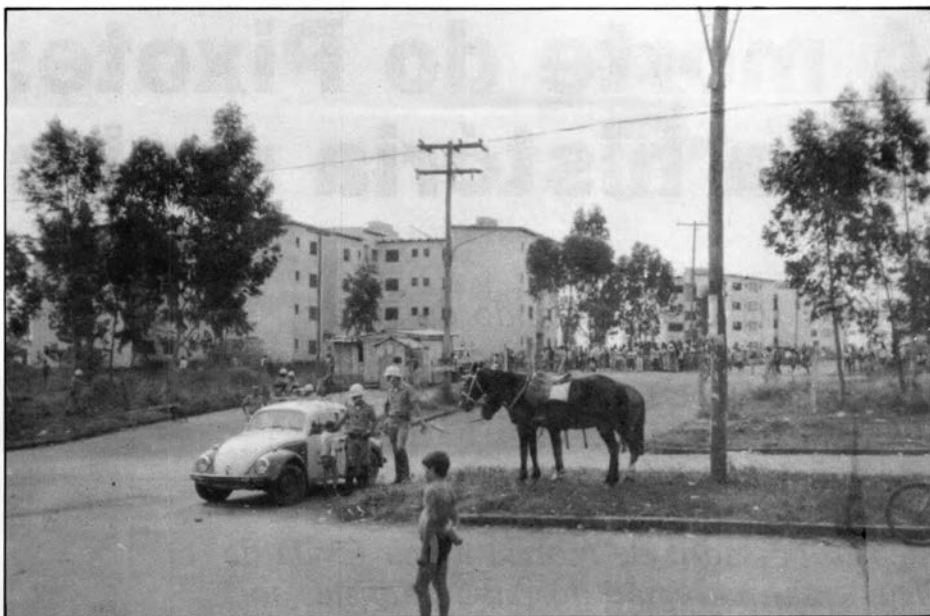
feta Isaías com sotaque gaúcho. Em poucos dias e semanas, o movimento que nasceu em Alvorada espalha-se: no Guajuviras instalam-se 6,3 mil famílias. No conjunto Rubem Berta (semi-acabado), são quase 4 mil. Na Granja Esperança, são mais de 1,5 mil. Mais de seiscentas no Parque dos Maias. E por aí vão as ocupações, quase tornando-se rotina.

Os ocupantes do 11 de abril não dormem na madrugada do dia 12. As 10 mil pessoas cercadas pela polícia, tratam de passar a noite conversando com os novos vizinhos. Tratam de se conhecer e se organizar. "Vim de Gravataí", "eu daqui mesmo de Alvorada", "o aluguel tira o leite dos piás, não dá!", "lá em Viamão a gente viu na TV e veio, com a sogra e o sogro..." A primeira decisão é simbólica. Mas é unânime. Corre ligeira pelos corredores e escadarias. Resolvem batizar sua conquista, o nome do conjunto é agora "11 de Abril". O dia da audácia.

Casas vazias, povo sem teto

A Cohab e empresas privadas ligadas ao SFH, possuem na área da Grande Porto Alegre 30 mil residências populares acabadas ou semi-acabadas, todas vazias. O movimento de ocupação deu um destino social para mais da metade delas. Como explicar a um povo sem teto, tantas casas vazias e construídas com o seu dinheiro? O "11 de Abril", através de sua liderança, começa a desvendar o mistério. Descobre-se que a maioria absoluta das moradias não está com a sua situação jurídica clara. No caso de Alvorada são constatadas e registradas irregularidades de documentação por parte da Cohab. Não há pagamento dos impostos. Quase todas as moradias pertencem a empresas envolvidas em escândalos financeiros e falências fraudulentas. As ocupações colocam a nu as arbitrariedades da especulação e da conivente omissão das autoridades. Há muito mais em jogo do que apenas a existência simultânea de casas vazias e famílias sem teto.

Não houve, no estado, outro movimento urbano tão massivo. A explosão repentina e surpreendente dos sem teto encontrou um governo estadual despreparado. O primeiro governo de oposição, no pós-64, perde rapidamente o seu discurso de mudanças por causa das mudanças que o povo carregava para as ocupações! Os argumentos dos opositores, agora governo, são os de sempre. "Invasão não resolve o problema habitacional" tenta explicar-se um secretário estadual. No entanto, simplesmente não diz o que pode resolvê-lo. Os ocupantes respondem com sua decisão: "Olha, tchê, o nosso resolveu!"



... que garantiram a ocupação do conjunto residencial Campos Verdes, em Porto Alegre.

Após as primeiras semanas de sucessivas ocupações, o movimento ganha um pouco mais de organização: a Frente Gaúcha pelo Direito à Moradia, com a presença do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, da Federação de Bairros e de sindicatos. As primeiras vitórias são as derrotas das solicitações do governo para despejar os ocupantes. Alguns conjuntos, depois de muitas pressões, conseguem o direito de pagar para ter água e luz.

O "11 de Abril"

O Núcleo Sul do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI foi solicitado pelo "11" para fazer um documento da ocupação. Este foi o primeiro conjunto ocupado e é o mais organizado, com uma liderança mais experiente. Possuem documentos e provas que nem a Cohab possui. Deste trabalho está sendo publicado um caderno que reúne depoimentos, histórias, conversas, discussões feitas pelo povo que teve audácia, coragem e fé. Uma cruz foi erguida pelos moradores, logo na entrada do conjunto. Nela se lê: "Paz, união e fé, a vitória virá!"

São incríveis as descobertas destes que formaram a vanguarda do movimento urbano mais importante dos gaúchos em 1987. A filha do Rodrigues, pouco mais de 3 anos, participa de todas as reuniões e assembleias com os pais. Arrumou uma pasta de cartolina e guarda aí papéis que rabiscou. São os seus "tatutos da soção". Certamente é a sua proposta para os estatutos da associação que todos estão discutindo. Durante os momentos mais tensos, com o cerco policial, um garoto escapa das mãos da mãe e, não se sabe como, consegue o capacete de um dos poli-

ciais militares. Brincava de soldado. O policial só pode rir, certamente era pai também. Alguns minutos depois, moradores e policiais conversavam animados. Outro dado surpreendente foi o papel da TV. Mesmo com a divulgação tendenciosa despertou nos sem teto a decisão de ocupar.

A liderança que nasceu junto com a luta aprendeu a fazer de tudo. Negociações com a Cohab, deputados, secretários, assessores, diretores... Dentro do conjunto foi parteira, ambulância, juiz de paz, polícia... Contam entre suas atribuições até a do exorcismo, um irmão crente estava assustando todo o prédio com a possessão. O exorcismo saiu meio na marra, mas saiu. Até pedido de divórcio acabou nas mãos dos líderes.

Enquanto os ocupantes se mantêm mobilizados na luta pela legalização das moradias, pela quais pretendem pagar 10% do salário mínimo, surgem outros problemas (saúde, educação etc). O da saúde foi em parte resolvido pelo convênio com a Igreja Metodista. E a educação das milhares de crianças numa quase cidade surgida da noite para o dia, como fica? Tudo isso tem despertado a enorme criatividade humana que nasce no coração daqueles que lutam pelo que é seu e pelos seus.

Evaldo Luis Pauly e Elias Mayer Vergara são coordenadores do Núcleo Sul do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI. **Emílio F. P. Rodrigues** é ocupante do "11 de Abril" e participa de assessorias do Núcleo Sul. O CEDI está publicando o caderno *11 de Abril: o dia da audácia*, editado pelos próprios ocupantes. Sobre a luta popular em Alvorada e em Porto Alegre, leia o Caderno do CEDI nº 16: *Periferia: Desafio à Unidade*.

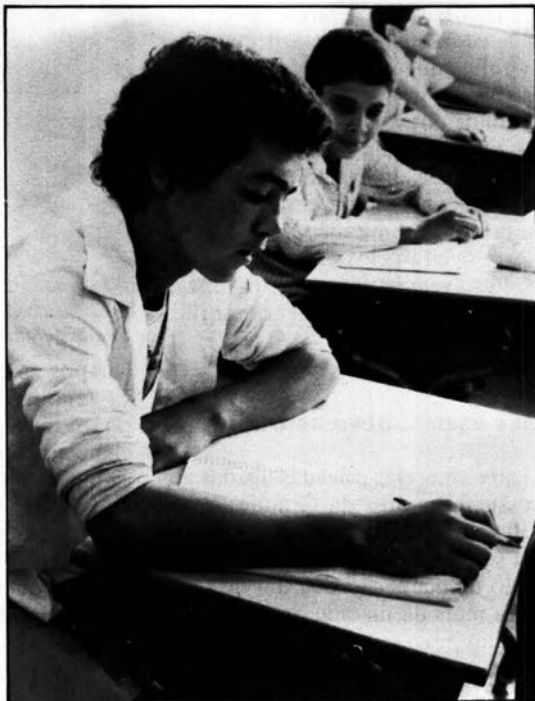
A morte do Pixote: uma história mal contada

Aos doze anos, Fernando da Silva Ramos ficou conhecido nacionalmente ao interpretar o personagem principal do filme Pixote, a lei do mais fraco, de Hector Babenco.

Sete anos depois, na tarde de 25 de agosto passado, ele morria numa favela de Diadema, na região do ABC paulista, ao "reagir à voz de prisão", segundo a versão policial.

Caco Barcellos foi um dos primeiros jornalistas a chegar ao local da morte de Pixote. Seu trabalho revelou detalhes que mudaram o rumo das investigações, questionando fortemente a atuação da Polícia Militar. O caso Pixote mostrou, uma vez mais, uma das faces violentas da vida na cidade.

Ag. Folhas



Fui uma das primeiras pessoas a saber da morte do Pixote. Eu estava na redação da TV Globo de São Paulo, quando ligou um médico do Pronto Socorro Municipal de Diadema dizendo que havia entrado morto um rapaz que ele tinha quase certeza ser o Fernando Ramos da Silva, o Pixote. Imediatamente, peguei o carro e fui correndo para lá. Cheguei pouco mais de uma hora da morte dele. Para quem trabalha com jornalismo policial isso é chegar praticamente em cima do fato. Normalmente a gente chega um dia depois da ocorrência. O detalhe da hora é muito importante para o que eu vou contar.

Cheguei no hospital junto com os familiares do Fernando. De imediato, insisti muito com eles, que estavam relutantes de falar com a gente (por ser imprensa) mas parece que conquistei a confiança deles. Então, deram um depoimento dizendo que estavam revoltados com as circunstâncias da morte do Fernando. Já afirmavam de

imediatamente que ele tinha sido morto pela polícia militar.

Com a autorização da família, fui ao necrotério e vi o corpo com quatro balas no peito, concentradas em volta do coração. A partir daí comecei a estranhar a primeira versão da polícia de que houve tiroteio. Se foi tiroteio como é que havia quatro tiros no peito? Surgiu a suspeita porque num tiroteio era de se esperar que os adversários do Fernando atirassem tentando, também, se proteger. Se faziam isso, não estavam numa situação ideal de tiro, e nesse caso dificilmente conseguiriam acertar quatro tiros concentrados no peito do sujeito. Depois, a tendência de quem leva um tiro no peito, no coração, é cair. Teria então que cair, levantar, levar o segundo tiro, levantar de novo, levar o terceiro e o quarto.

A primeira informação da delegacia de polícia foi de que ele tinha sido morto numa perseguição policial, logo depois de ter assaltado uma firma metalúrgica de Diadema. Segundo a polícia, ele fez o assalto

junto com quatro companheiros fugindo logo após num Monza, que foi abandonado perto da favela onde ele morava. A polícia saiu em perseguição do Monza e "vasculhando a área", expressão deles, encontrou o Fernando. Ele estava armado, saiu correndo, atirou primeiro e acabou sendo morto no revide.

A segunda versão da polícia era de que ele tinha feito um segundo assalto na Rodovia dos Imigrantes — assaltado um transeunte. E a terceira versão era de que ele teria assaltado dois transeuntes. Um deles deu queixa num Posto Rodoviário, o guarda acionou a polícia militar que começou a perseguição do Fernando e de um companheiro. Prenderam o companheiro que contou onde estava escondido o Fernando, que reagiu quando viu a polícia por perto e foi morto no tiroteio.

Ainda nessa mesma noite, saindo do hospital, fomos ao local onde o Fernando tinha sido morto. Numa primeira tentativa de falar com as pessoas que viram a cena, elas disseram inicialmente que não sa-

biam onde ele tinha morrido. A própria dona da casa onde ele morreu disse que não sabia de nada. Depois, como a gente insistiu que sabia que era ali, ela acabou concordando e mostrou o local da casa onde ele morreu. Tinha uma poça de sangue quase embaixo da cama. Isso era importante porque mostrava que ele, no mínimo, tinha caído ali dentro. Então, o tiroteio tinha sido lá. E se foi lá era estranho não ter nenhum tiro na parede.

No velório, encontramos algumas pessoas que ouviram a dona da casa onde morreu o Pixote dizer que viu o rapaz entrando na casa desarmado e que ouviu ele gritando, pedindo para não morrer, porque tinha uma filha para criar. Voltamos à casa — isso às três da madrugada — e falamos com a mulher. Perguntamos se era verdade o que tinha dito para as pessoas e ela confirmou tudo.

Estou contando essas coisas porque acho importante o fato da imprensa chegar no local, porque ela fica em condições de levantar as circunstâncias do crime. E quando esses crimes envolvem uma pessoa pobre, o morto é uma pessoa pobre, com muita frequência a polícia apresenta uma versão, sempre igual, e que eu acho, muitas vezes inverossímil. Ela não bate com a realidade. Como a imprensa sempre chega 24 horas depois, com muito atraso, ela já não encontra o local tão preservado como encontramos dessa vez.

Penso, também, que pelo fato de ser um menino importante, um menino famoso, a imprensa foi mais ágil. Ainda o fato de um médico ter tomado a iniciativa de telefonar para a redação, o que é raro (acho que ele só tomou essa iniciativa, também, por se tratar de um menino famoso) acabou aproximando a imprensa do ocorrido. Ela chegou junto. A testemunha ainda não tinha pensado muito sobre as consequências do que ela estava afirmando. Isso é muito comum em crimes que envolvem polícia e bandido. As pessoas têm muito medo de levantar a voz contra a polícia. Depois de dormir, refletir melhor, elas se perguntam porque vão se envolver se, dificilmente, a justiça costuma dar garantias a um sujeito que faz uma denúncia grave contra a instituição, contra o Estado, contra a polícia. Aquela chegada lá à noite acabou mostrando bem claro as incoerências da versão policial.

No dia seguinte, inclusive, o industrial da empresa que foi assaltada veio à imprensa e disse que não era nada daquilo que foi divulgado. A empresa dele tinha sido assaltada sim, mas ninguém na empresa reconheceu o Fernando como sendo o assaltante. A versão da polícia não batia. A segunda versão, que era a continuidade desta, do assalto na Imigrantes, po-



Testemunha indica o lugar onde Pixote foi abatido pela polícia.

de ser verdadeira mas parece estranha, porque a vítima não apareceu até hoje. Não há também nenhuma queixa registrada das duas pessoas que teriam sido assaltadas também na Imigrantes. Nem mesmo a testemunha que viu o assalto apareceu.

A terceira incoerência grave é que se, nessa versão policial, eles prenderam os dois que praticaram o assalto (o menor, que realmente foi preso, e o Fernando, que foi morto) por que a polícia não recuperou o produto do roubo? Não estou dizendo que não tenha acontecido o assalto, mas são coisas que se tem obrigação de levantar. O que não pode acontecer é a polícia apresentar uma versão e ela não ser questionada. Não é a primeira vez, e não será a última, que as versões apresentadas não batem com a realidade. Quando o crime envolve pobre, as autoridades não investigam direito, a família da vítima não tem a assistência de um advogado para investigar e a polícia apresenta a versão que ela quer e que acaba vigorando.

Depois disso, os próprios policiais militares acabaram contradizendo a versão inicial deles de que tinha sido em legítima defesa — o Fernando teria atirado primeiro e eles, revidado. O comandante imediato dos três PMs envolvidos tentou inicialmente explicar essa versão. Segundo ele, os tiros foram de cima para baixo, conforme o laudo do legista, porque os policiais estavam num ponto muito alto, na laje da casa do vizinho, e não havia marcas de balas dentro da casa porque o rapaz não estava dentro dela. Mais tarde, ele teve que reconhecer que o Fernando não tinha atirado e que os policiais estavam sendo expulsos porque mentiram e dificultaram as

investigações. Não se reconheceu, contudo, que foi uma execução.

Não se pode dizer que seja um procedimento normal, mas há muitos casos de execução nos quais a polícia mata o sujeito e depois diz que ele reagiu atirando primeiro. É comum também aparecer testemunhas ou sobreviventes acusando os policiais de não utilizarem suas armas de farda e sim armas que não estão registradas em seus nomes. Com isso, eles evitam as acusações. Outro fato estranho é de nesses tiroteios da polícia militar dificilmente aparecerem sobreviventes. Na história das guerras e revoluções, dificilmente se vê tantas mortes de um lado só. Ou tem mortes de um lado e de outro, ou tem feridos de um lado e de outro ou tem tiros para um lado e para outro sem nenhum ferido. Nessa guerra que a PM trava com os bandidos dificilmente tem feridos de um lado. É muito mais frequente ter morto de um lado só.

Então, é preciso investigar sempre porque a vida das pessoas é muito valiosa. E a visão que se tem é que se o criminoso é pobre parece que a vida tem menos valor, na concepção da polícia. Se o criminoso é da alta sociedade, dificilmente ele vai morrer, ou dificilmente ele troca tiros com a polícia. Há uma deformação nisso e é necessário um bom trabalho para evitar que, no mínimo, isso continue a acontecer com tanta facilidade. É obrigação da gente lutar para ser mais difícil que aconteçam mortes na cidade.

Caco Barcellos é repórter da TV Globo em São Paulo. É autor de *Nicarágua: a revolução das crianças* (Mercado Aberto).

O morro não é bonito

Ag. Folhas



O Dona Marta é um morro com uma tradição de lutas.

Fernando Gabeira

Escopetas e pistolas silenciaram, momentaneamente, no morro Dona Marta. É tempo de dar um balanço na longa guerra dos traficantes de drogas. Foi a primeira, ao vivo e em cores, na história da marginalidade no Brasil. Durante os combates, que duraram cinco dias, consumimos mais mitos do que toda a cocaína e maconha que escoam regularmente pelas vielas do morro. Foi um superespetáculo. Enredo, performance, cenas ensaiadas com cuidado e um final previsível: quase todos fugiram pelos fundos do Palácio do prefeito. Tudo ficou como era antes mas é para isso mesmo que se fazem os superespetáculos. Só nos resta buscar o enredo subterrâneo, o movimento real que os espetáculos coloridos nem sempre conseguem disfarçar. Já no meio da semana, impressionados com a presença de batalhões de repórteres nos becos do morro, alguns moradores mais conscientes questionavam a imagem que viam da própria favela nas telas iluminadas.

O Dona Marta é um morro de 11 mil pessoas, com uma tradição de lutas e hoje só aparecem falando em nome do morro oitenta homens armados, alguns deles sequer tendo morado ali.

Há quase duas semanas, outro morro estava no centro dos noticiários: o da Ro-

cinha. Considerada a maior favela do Brasil, a Rocinha fez uma demonstração contra a violência policial e pela transferência do traficante Denis, de um presídio considerado muito fechado para outro mais tranquilo. Choques com a polícia, quebra-quebra e, logo no dia seguinte, os editoriais falavam da necessidade de remoção das favelas da Zona Sul. Alguns afirmavam que os favelados eram não-contribuintes, explorando os contribuintes que moravam cá em baixo.

A demonstração na Rocinha reforçou um mito. O traficante era uma espécie de Robin Hood que drogava os ricos para ajudar aos pobres. No entanto, a Rocinha como o Dona Marta são favelas situadas na área onde a terra é a mais cara do Brasil. Identificação tráfico-favela interessa profundamente a todos que cobiçam aquele espaço.

Já no tempo em que Escadinha se tornou famoso internacionalmente, cientistas sociais de vários horizontes demonstraram que o sucesso de um traficante num morro é uma expressão direta do fracasso do governo. Os serviços públicos que deveriam ser prestados normalmente acabam sendo assumidos por ele que conquista não apenas uma certa simpatia, mas, sobretudo, uma função na favela.

Tanto na Rocinha como no Juramento e no Dona Marta, existem milhares de pessoas conscientes de que os serviços deveriam ser prestados pelo Estado. O único problema é que, através de suas associações de moradores, nem sempre conseguem convencer o Estado disto. E muito menos a imprensa, que abunda nos momentos de crise.

Em morros como o do Faz-Quem-Quer, a população já aprendeu que é uma espécie de suspeita para as duas forças armadas que a pressionam: os traficantes e a polícia. A desconfiança dos traficantes é de que a população esteja ajudando a polícia; a desconfiança da polícia é de que esteja contribuindo com os traficantes.

Nesse mesmo morro, os traficantes impedem a construção de uma rampa que daria acesso a carros. Argumento: por aí sobe polícia. Esta proibição acaba sendo obstáculo para o próprio progresso da área, pois no caminho onde sobe a polícia sobem também o caminhão de lixo e a ambulância.

Os repórteres vão ao morro e perguntam se as pessoas gostam dos traficantes. Basta morar na favela um dia para saber que a resposta tem de ser invariavelmente positiva. Tanto os jornalistas como os poli-

ticos de esquerda voltam para o asfalto quando terminam seu discurso. Os moradores continuam lá, desprotegidos e anônimos. Sua única saída é não resistir isoladamente.

A manifestação da Rocinha deu a falsa impressão de que os traficantes controlam a favela politicamente. Os jornais anunciaram que Escadinha apoiava minha candidatura. Seu pai, um velho anarquista chileno, subiu o morro pedindo votos para nossa chapa, em nome do filho. Resultado: chegamos em quarto lugar nas urnas do Juramento, na pior performance em todos os morros do Rio.

Nas últimas eleições para a Associação de Moradores de Dona Marta, Zaca tentou interferir. Foi derrotado por cerca de 80% dos votos. E Zaca, na guerra travada no morro, mostrou ser o menos prejudicial ao povo de lá, uma vez que não estupra meninas nem sai dando tiros de metralhadora para o ar. Seu rival, Cabeludo, ocupava a base do morro. Praticamente situava a favela. Zaca, por seu lado, ocupava o topo do morro, estava internalizado, lutando pelo controle das bocas-de-fumo, dentro da comunidade.

Outro mito que circulou pela imprensa é o de que marginais e crianças com revólveres na mão são facilmente encontráveis nas vielas do morro. Foram publicadas fotos de gente cheirando cocaína, com armas em primeiro plano, e também a imagem de uma criança armada, percebendo-se, claramente, que não sabia como manejar uma arma, pela maneira como a segurava.

Mas aí entra um aspecto novo que a guerra no Dona Marta revelou. Foi toda coberta pela imprensa. Obrigou os traficantes em luta a improvisarem seus departamentos de relações públicas. Zaca posou ao lado das crianças como fazem todos os políticos que sobem o morro em época de eleições, e o delegado Hélio Vigio encenou um tiroteio com hipotéticos bandidos para compor uma cena para o Jornal Nacional que iria ao ar dentro de algumas horas.

O morro Dona Marta tornou-se subitamente o cenário de um superespetáculo, que, como todos os outros, excluía o personagem principal: seu povo.

A Polícia Civil invadiu de um lado, a Polícia Militar invadiu de outro e os grupos em confronto escaparam, na maioria. Cabeludo, que era candidato à sucessão de Zaca, fugiu vestido de mulher, enquanto seu rival usava os quintais da Prefeitura para escapar. De todos os presos, principalmente um, chamado Cosme Rodrigues, de 23 anos, tinha algo a declarar: as armas que os traficantes usavam eram ven-

didadas por PMs do 2º Batalhão, cujo quartel ficava ali perto do Dona Marta. Para funcionar tranqüilamente, pagavam Cz\$ 6 mil e as viaturas estacionadas no pé do morro costumavam prender os viciados, cobrar um pouco mais para soltá-los e revender a cocaína aos traficantes.

Grandes revelações para uma classe média que vivia num mundo de fantasias acreditando que o governador Moreira Franco iria acabar com a violência em seis meses. Para as pessoas com um mínimo de informação, isto é o cotidiano do Rio: bocas-de-fumo fortemente policiadas na base do morro, para garantir que todos levem o seu, policiais e traficantes.

A polícia do Rio perdeu durante cinco dias uma grande chance de recuperar sua imagem, arrasada com o assassinato de uma criança no morro do Tuiti e com o tiroteio que feriu várias pessoas na Mangueira. A imprensa criou um clima que poderia ter aberto para a polícia a chance de prender quadrilhas, com a aprovação da opinião pública.

A falta de hábito de combater eficazmente qualquer coisa fez com que a polícia perdesse o pênalti. O trabalho de identificação favela-trafficantes avançou muito no imaginário da classe média e de todos os outros setores sociais que assistiam pela tevê aos últimos lances de guerra. Era uma Beirute tropical cada vez mais próxi-

ma de uma guerra civil, descontraída como quase tudo que acontece no Rio.

O único caminho de contornar a pressão policial e dos traficantes é o fortalecimento das associações comunitárias. Mas isso é extremamente perigoso para uma estratégia que pretende devolver aos grupos imobiliários os pedaços do paraíso que escaparam de suas mãos, através da invasão dos pobres. Enquanto os morros da Zona Sul estiverem na mira, enquanto os pobres que nos espreitam forem considerados marginais e parasitas, não há outro caminho a não ser a escolha entre um papelote de cocaína, uma trouxinha de maconha, um jornal conservador pela manhã ou o noticiário da tevê à noite. Há droga para todos.

Na mesma semana em que o *ombudsman* Fernando Mesquita, transformado em governador de Fernando de Noronha, confessou-se impotente para dar consequência a todas as denúncias de corrupção na Nova República, seria um pouco demais esperar que tudo estivesse ruindo e apenas a polícia se mantivesse honesta. Os ricos também têm suas utopias, cuja fragilidade nem o superespetáculo colorido consegue mais esconder.

Fernando Gabeira, escritor e jornalista, é autor de *O que é isso, companheiro?* e *O crepúsculo do macho*. Em 1986, concorreu ao governo do estado do Rio de Janeiro, pela coligação Partido dos Trabalhadores/Partido Verde.



Os moradores das favelas não têm a maioria dos serviços básicos à sua disposição.

O problema dos transportes coletivos

Roberto Baschera



Os trens são apertados, sem ventilação, sujos e inseguros.

São Paulo não é Londres assim como o Brasil não é a Inglaterra, e nem o prefeito Jânio Quadros é o modelo ideal de administrador. Por isso, o ônibus de dois andares, o *Fofão*, *Dose Dupla* ou ainda, sugestivamente, *Chope Duplo*, como quer o prefeito de São Paulo, é mais um exemplo de dinheiro público jogado fora numa cidade onde o transporte coletivo é apenas um entre vários e sérios problemas. O *Chope Duplo* está para o transporte coletivo como uma piscina está para a seca do Nordeste: um capricho no meio de um povo que mal come.

O exemplo é significativo. Afinal, São Paulo, 12 milhões de habitantes, não supre sequer as necessidades mínimas de ida e volta do trabalhador que se desloca diariamente ao seu local de trabalho. O bolo do transporte coletivo é uma equação ingrata: 4 milhões de passageiros divididos por 9 mil ônibus (a frota que serve à cidade), uma proporção sujeita ainda aos humores dos proprietários das 34 empresas particulares que operam na cidade e, por

que não, à boa vontade do prefeito Jânio Quadros.

A este número somam-se os mal equipados e velhos trens de subúrbio, que ajudam a transportar a massa de trabalhadores que não têm condições de recorrer ao transporte individual, o automóvel, um mal que não é necessário — chega a ser indispensável em certos casos.

Tragédia diária

Quem anda de trem (e paga Cz\$ 5,00 pela passagem) tem na lembrança a tragédia do dia 17 de fevereiro deste ano, quando, oficialmente, cinquenta pessoas morreram e mais de duzentas ficaram mutiladas ou feridas, após o choque entre dois trens de passageiros próximo à estação de Itaqueira, um dos bairros mais carentes de São Paulo. O maquinista de uma das composições foi exemplarmente punido, apesar das denúncias de que as composições não apresentavam as mínimas condições de segurança: os freios falharam, por falta de manutenção, e os trens não possuíam sistemas eficientes de iluminação e buzina.

São Paulo cresceu, ou melhor, inchou, e os administradores da cidade se esquecem que os trabalhadores precisam de transporte coletivo. As idéias se multiplicam e vão desde o caro *Dose Dupla* a um hipotético “metrô aéreo”, ou monotrilho, outro sonho acalentado pelo prefeito Jânio Quadros. E a idéia não é apenas mais um plano: segundo projeto em estudo na Secretaria de Transportes, o sistema que já funciona em Porto Alegre (RS), poderá ser implantado em São Paulo ao custo de US\$ 100 milhões (Cz\$ 7 bilhões, aproximadamente). O trajeto Praça da Sé-Cumbica (Guarulhos) transportaria um número ainda ignorado de passageiros, porém, segundo estudos oficiais, cada composição circulará com dois vagões e capacidade para quatrocentas pessoas.

Verbas em risco

Os projetos mirabolantes são, além de tudo, caros. Esses US\$ 100 milhões seriam suficientes, segundo estudos independentes, para a implantação de 100 km de linhas de trólebus (ônibus elétricos). Seguramente uma opção mais barata e que atenderia a um público maior e mais diversificado. O dinheiro seria suficiente, também, para a construção de oito corredores idênticos aos das Avenidas Santo Amaro e Nove de Julho, onde os ônibus circulam em pistas exclusivas. O monotrilho, no entanto, não está apenas nas pranchetas. O vereador Celso Matsuda, em conjunto com a Secretaria dos Transportes, está comandando os estudos para provar a viabilidade do projeto. Ele já esteve no Japão tratando de detalhes para a transferência de tecnologia japonesa para São Paulo.

Enquanto o prefeito e seus assessores trabalham para sofisticar o transporte que ainda nem existe, o que está funcionando vai muito mal, obrigado. Os velhos, sujos, mal-conservados e agora vermelhos ônibus da capital (6 mil no total), realizam diariamente 13 milhões de viagens. Os automóveis particulares respondem por cerca de 5 milhões de outras viagens, o que desafia os trens e metrô e congestiona as ruas. O metrô transporta em média 2 milhões de passageiros diariamente, mas a qualidade do serviço cai dia-a-dia em função da falta de investimentos e manutenção do sistema.

O metrô, com duas linhas — norte-sul e leste-oeste — poderia ser desmembrado, de acordo com projetos que foram elaborados já no início do século. Em 1905, por exemplo, o professor José de Campos Novas estava alarmado com os 300 mil habitantes da metrópole “colossal” que cres-

Quatro horas de viagem por dia

Com certeza, a etapa mais difícil do dia de Maria Estela Justino de Aleântara, 43 anos, não é o trabalho como faxineira no elegante bairro de Higienópolis. O pior são as quatro horas diárias dentro de ônibus e trens, desembolsando Cz\$ 44,00 para ir e voltar ao trabalho sem conforto e sem certeza de que chegará a tempo de bater seu cartão de ponto. Mensalmente o transporte consome 20% dos minguados Cz\$ 6 mil que compõem o seu salário.

A rotina desta faxineira nascida em São Domingos da Prata (MG) e que ainda estuda à noite, não é diferente da de milhões de trabalhadores que moram em bairros isolados do centro de São Paulo, ou até fora dele. No caso de Maria Estela, o trajeto entre sua casa, no distante município de Francis-

co Morato e Higienópolis, na zona oeste de São Paulo, é feito em duas horas, no mínimo: um ônibus a leva de casa até a estação de trem; de trem ela chega até o bairro da Luz, já em São Paulo, onde toma outro ônibus que a deixa na Avenida Angélica.

Francisco Morato, como grande parte dos 38 municípios da Grande São Paulo, é uma cidade-dormitório, ou seja, geralmente seus habitantes trabalham em São Paulo. Maria Estela cumpre diariamente o mesmo e penoso trajeto de milhares de pessoas. "Passo, em média, 4 horas por dia rodando em ônibus e trens sem o mínimo conforto. Já vi tiros, assaltos e pessoas sendo empurradas para fora do trem em plena viagem. O ônibus anda lotado e sempre atrasa. O trem é apertado, sem ventilação e sujo. Segurança, nenhuma.

Os guardas só passeiam pela plataforma, mais nada".

Apesar dos discursos oficiais, em dezessete anos de Francisco Morato, Maria Estela andou poucas vezes em coletivos realmente novos e confortáveis. "Fazem a maior propaganda do transporte coletivo e o que deixam para o povo, no máximo, são trens e ônibus velhos que passaram por reformas, nada mais". O tom de indignação torna-se satisfação quando conta a história do quebra-quebra de trens que presenciou (e garante não ter participado), logo no início do governo Montoro, em 1983. "Para variar o trem estava atrasado e enguiçou entre as estações Jaruá e Perus. O povo foi tomado de uma ira tão grande que o quebra-quebra só deixou as rodas do trem em cima dos trilhos".

cia "vertiginosamente". Ele publicou na revista do "Centro de Ciências, Letras e Artes", de Campinas, um diagnóstico sobre o problema do transporte coletivo e alertava que "não pode haver conforto durável e para o povo sem que haja um meio de transporte comodo, barato e prompto". Por isso, propunha a implantação de "possantes e rápidas locomotivas que ataquem, por assim dizer, a cidade pelos contornos e pelo centro do povoado".

Quarenta anos depois o problema continuava e o engenheiro Mário Lopes Leão publicaria a monografia "O sistema metropolitano de São Paulo", defendendo a implantação de um "anel de irradiação", a partir da Praça da Sé, de onde sairiam cinco linhas de Metrô. Em 1927, no entanto, o Projeto Light defendia uma interligação das linhas do metrô com a rede de linhas de bonde. No ano seguinte, o professor Antonio Carlos Cardoso elaborou um estudo, a pedido do governo do Estado, onde sugeriu a transformação da Estrada de Ferro Cantareira numa linha metropolitana para transportes de passageiros.

Nesta época, São Paulo contava com 800 mil habitantes e os planos não passaram de trabalhos acadêmicos, não porque eram meramente teóricos, mas simplesmente porque não foram adotados pelas sucessivas administrações da cidade. Hoje, São Paulo conta em sua região metropolitana com cerca de 12 milhões de habitantes e o problema não foi combatido com seriedade, planos e trabalho. Transporte coletivo em São Paulo ainda é sinônimo de precariedade, desconforto e ineficiência.

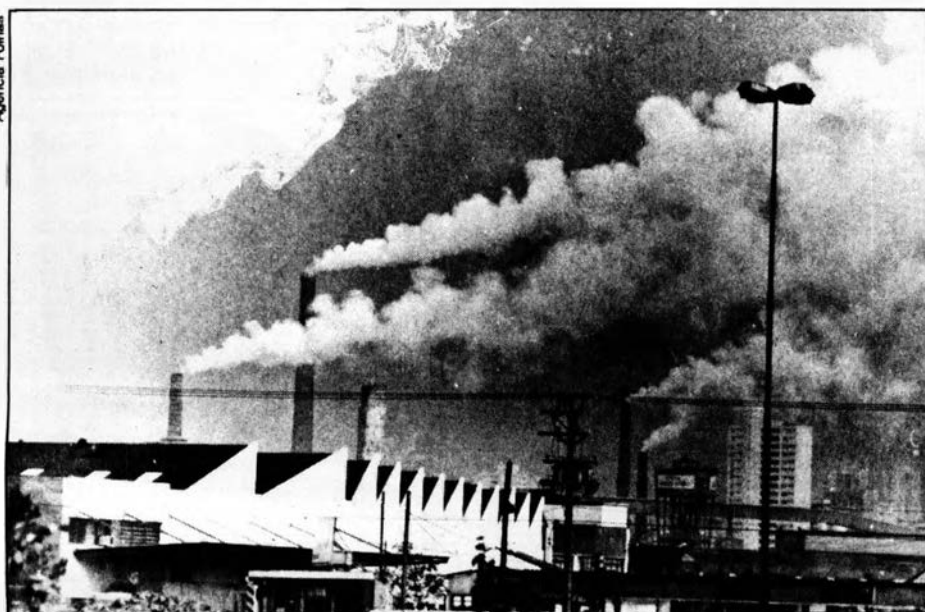
Douglas Mansur



POLUIÇÃO

A vida ameaçada na cidade

Marco Antônio Piva



Agência Fofas

Um ônibus vai passar a fronteira de Goiás com Minas Gerais. No posto da polícia rodoviária, três soldados avançam para o meio da pista e obrigam o motorista a parar. Sobem no ônibus, mas não querem ver a documentação do veículo que o motorista apresenta. Os policiais têm interesse apenas em verificar se os passageiros possuem atestado de saúde.

— Por quê esse pedido? — alguém arrisca perguntar.

— Ordem, moço. Não podemos deixar que a radiação entre em Minas Gerais — responde burocraticamente um dos policiais.

Impunidade

O acidente com o césio-137, num ferro velho de Goiânia — e suas consequências, como o fato acima —, é apenas uma das faces cruéis da vida na cidade, onde a re-

lação do homem com a natureza torna-se violentamente predatória em função das exigências do modelo de desenvolvimento existente no país. E aí não se trata do homem em abstrato que, por capricho, reservaria ao meio ambiente um tratamento desprezível. Falamos do *homem do capital*, aquele que se apropria dos meios de produção e estabelece metas de superação tecnológica contrárias à manutenção da natureza e às reais necessidades da população.

Não é o caso, porém, de responsabilizar o avanço da tecnologia e sim de mostrar que o capitalismo não tem condições de implementar a revolução científica sem causar profundos danos à natureza. Karl Marx constata em *Fundamentos da Crítica da Economia Política* que “a natureza não constrói máquinas, nem estradas de ferro, nem telégrafos elétricos, nem teares automáticos (...) Estes são produtos da ação humana, da indústria, da matéria natural transformada em instrumentos da

vontade e da atividade humana sobre a natureza”. Se adotamos o parâmetro de análise de Marx, concluímos que as agressões ao meio ambiente e aos seres humanos resultam, em primeira instância, das relações de produção estabelecidas numa determinada sociedade.

Mas as relações de produção capitalistas não se mantêm por si mesmas. O sistema necessita de uma intermediação política para garantir, inclusive, a impunidade diante de ações contrárias à harmonia natural das coisas. Não fosse assim, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) teria apontado os verdadeiros responsáveis pela tragédia de Goiânia.

Decomposição

Diante de nossos olhos, a natureza vai-se exaurindo, perdendo seu colorido, sua vitalidade, que pensávamos inesgotável. A natureza já não demonstra a mesma força para superar os acidentes provocados pela ação humana. São 200 milhões de toneladas de monóxido de carbono despejadas anualmente na atmosfera terrestre, sem mencionar outros poluentes.

Como a industrialização acelerada, sob o capitalismo, não está condicionada à proteção da natureza, os países do Terceiro Mundo (fatia importante na divisão internacional do trabalho) são os que mais sofrem os diversos tipos de poluição. Como afirma Antonio Moser “a falta de vigilância nos países pobres constitui um convite irresistível para as nações industrializadas transferirem suas linhas de produção mais poluidoras exatamente para o Terceiro Mundo”. (*O problema ecológico e suas implicações éticas*, Vozes, Petrópolis, 1983).

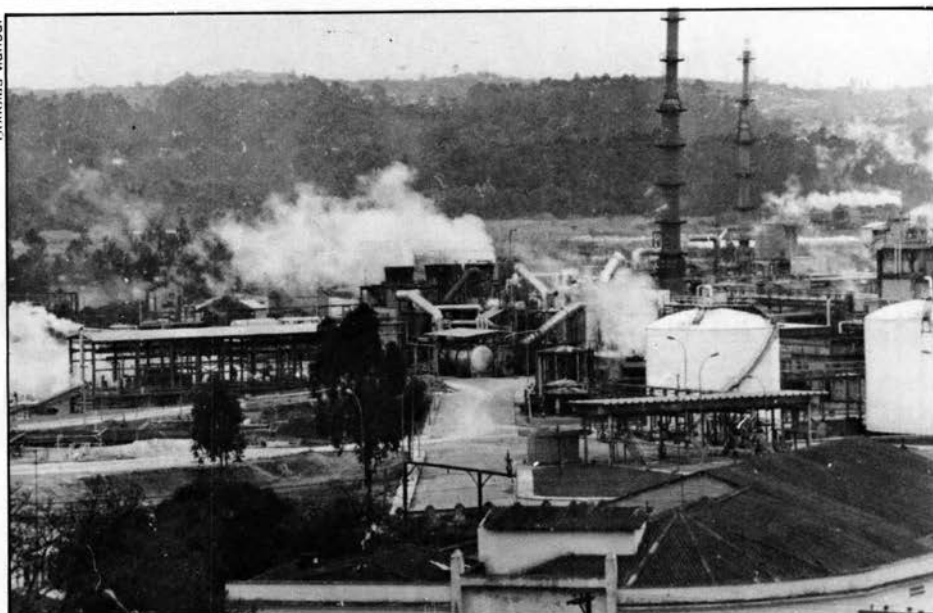
As cidades industrializadas dos países subdesenvolvidos apresentam os piores quadros de degradação ambiental. O inchaço populacional, alimentado durante

décadas pela concentração fundiária, pelo desestímulo à produção agrícola, e pelo sonho de um futuro melhor, revela uma situação catastrófica na qualidade de vida urbana. Fatalmente aquela importante parcela da população que vive em condições precárias (favelas, cortiços etc) é a primeira vítima das diversas formas de poluição, embora seja correto afirmar que em determinadas situações de agravamento ambiental o perigo se generalize.

Alternativa

A crescente destruição do planeta tem despertado a preocupação de muitos setores, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, onde a luta pela preservação do meio ambiente está intimamente ligada à luta pelo fim da corrida armamentista. Por isso, o movimento ecológico (a palavra *ecologia* vem do grego *oikos*, que quer dizer "casa", "habitat") ganhou um forte impulso chegando a constituir-se, em alguns casos, num partido político.

Nos países socialistas eliminaram-se algumas das principais causas da devastação ambiental — a propriedade privada dos recursos naturais (campos, rios e florestas) e a aversez do lucro como fator determinante da economia. Isto não significa que significa que tudo está resolvido porque, afinal, as soluções não se dão por decreto. O *socialismo real* necessita ainda superar uma certa tendência que vê a preservação da natureza como questão secundária, sempre submetida às exigências dos famo-



As agressões ao meio ambiente resultam das exigências do modelo de desenvolvimento existente.

sos planos quinquenais. É fundamental também a ampliação de um espaço de opiniões e denúncias que possibilitem uma efetiva participação da população na política ambiental.

Para os países do Terceiro Mundo, a situação é bem mais complicada em termos de luta ecológica. A sociedade civil, submetida a períodos prolongados de autoritarismo, ainda caminha para formas mínimas de articulação que não contemplam incisivamente a questão do meio ambiente. Mesmo assim, o surgimento do movimento e entidades ecológicas tem permitido uma discussão mais aprofundada so-

bre o tema. Só no Brasil existem atualmente mais de novecentos grupos independentes que atuam principalmente nas regiões Sul e Sudeste, reunindo cerca de 35 mil pessoas. Segundo Carlos Minc, deputado estadual carioca e militante ecológico, o movimento "não é homogêneo nem pretende ter uma orientação única, por isso ele floresceu e se transformou numa força social significativa, levantando a bandeira antinuclear, da paz e das liberdades políticas".

Marco Antônio Piva é jornalista e escritor.

Principais formas de poluição

Antonio Moser

"A **poluição atmosférica**, oriunda sobretudo das indústrias e dos veículos movidos na base do petróleo, evidencia-se pelo fenômeno sempre mais frequente da *inversão atmosférica* e do *smog*. Toneladas de poluentes (tais como monóxido de carbono, óxidos, dióxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos, amianto) caem diariamente sobre os grandes centros industriais, tornando, por vezes, o ar irrespirável, e afetando diretamente a saúde da população".

(...)

"A **poluição das águas**, em sempre maior escala, é outro motivo de inquietação. Este tipo de poluição é, basicamente, resultante de duas grandes fontes: os resíduos urbanos e os resíduos rurais. Os resíduos industriais, os esgotos domésticos, os detergentes duros, constituem os principais componentes do primeiro grupo. Os fertilizantes agrícolas e os inseticidas compõem o segundo grupo".

(...)

"A **poluição sonora**, intimamente ligada à industrialização e ao "progresso" de um modo geral, explode com maior evidência nos centros urbanos. Os habitantes das grandes cidades existentes no mundo industrializado são dia e noite submetidos a ruídos cada vez mais insuportáveis e ininterruptos. A medida universalmente convencionada — decibéis — mostra-se incapaz de traduzir todo o drama da poluição sonora. Entretanto, ela já pode oferecer uma amostra. Se considerarmos que a fala normal situa-se em torno de 30 dB e que a partir de 85 dB o ouvido humano começa a ressentir-se fortemente, podendo sofrer lesões a longo prazo, devemos concluir que grande parte da população urbana dos centros industriais já paga um alto tributo ao progresso. Com efeito, o ruído do trânsito e das obras públicas atinge frequentemente o índice de 90 dB".

(...)

"A **poluição atômica** se constitui na mais recente e temida forma de poluição. Calcula-

se que nas duas últimas décadas nada menos de 1 milhão de pessoas morreram em consequência da contaminação radiativa. Não só as explosões atômicas, mas o próprio uso pacífico desta forma de energia vem inquietando grande parte da humanidade, já que mesmo em países de tecnologia avançada são ainda inevitáveis escapamentos resultantes de acidentes imprevisíveis e imprevisíveis. Particularmente temível é o plutônio, o objeto mais perigosos que o homem criou e que, no entanto, é a forma básica de combustível neste setor. As dificuldades de acondicionar devidamente a energia e o chamado lixo atômico, a durabilidade da força radiativa, o crescente número de complexos nucleares, implantados até em países subdesenvolvidos, deixam a humanidade num impasse cruel".

(Excertos do livro *O problema ecológico e suas implicações éticas*, Vozes, Petrópolis, 1983)

A agonia de

Roberto Zwetsch

*"E Abraão olhou para as cidades e para toda a terra da campina, e viu que da terra subia fumaça, como a fumarada de uma fornalha."
(Gênesis 19,27-28)*

A criança acordou agoniada e tentou gritar. Precisava com urgência recobrar o fôlego que ia perdendo, inexplicavelmente. Por isto chorou, conseguiu chorar e gritou. Um grito surdo, abafado, como abafado era o ambiente ao seu redor.

A mãe, exausta, sonolenta, mexeu-se no leito e abriu os olhos vermelhos de súbito, assustada, muito assustada. Precisava, também ela, respirar, queria ar, ar puro, que lhe desse outra vez a força de viver. Num instante, lembrou-se da criança, sim, ao lado havia uma criança, a sua criança e ela escutara um grito ofegante, como de um afogado. Levantou-se depressa e foi ver.

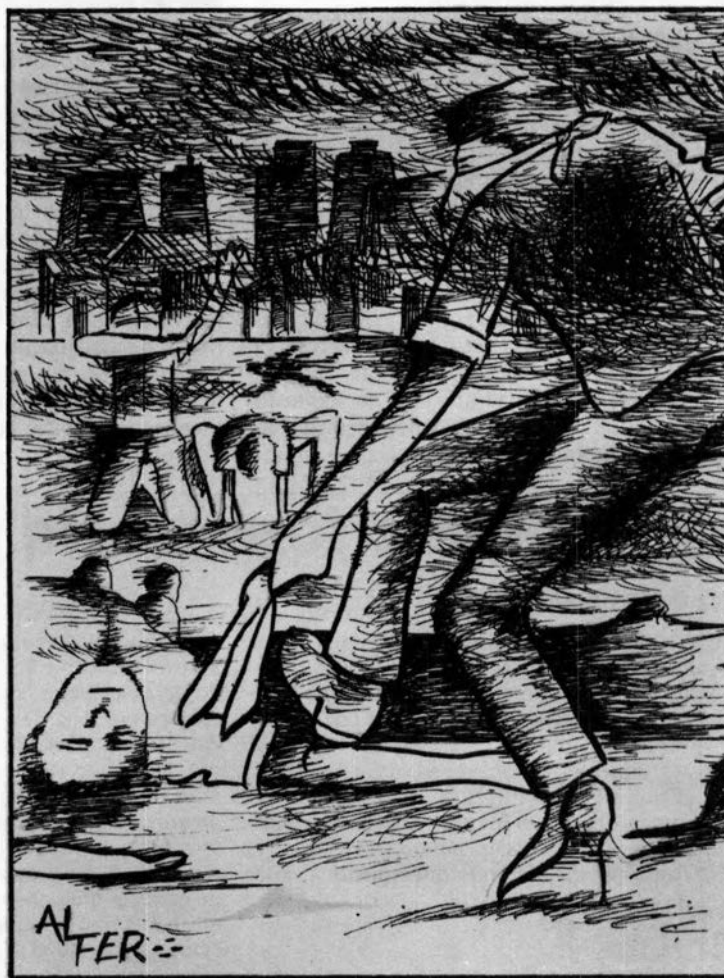
Antes, um minutinho antes, cutucou o companheiro e pediu que ele fosse ver onde havia fogo, o fogo que produzia aquela fumaça doida que asfixiava toda a casa. Ele acordou com raiva, virou-se para o outro lado e tentou dormir de novo. Em vão. A garganta seca o obrigava a levantar, ao menos para tomar um copo d'água. Foi o que fez.

No trajeto do quarto para a cozinha, coçando a bunda e forçando os olhos injetados é que ele se deu conta da gravidade do acontecimento. A mulher não estava brincando. Foi então verificar o fogão, a geladeira, a televisão e o ferro de passar roupa.

A mulher pegara a criança no colo e percebera que ela sofria. Quase desesperou. Tirou-lhe a roupinha leve e levou-a depressa para a cozinha. Pensou em dar-lhe um banho para ver se a criança melhorava. Qual nada.

O homem já desperto, atento, não falou nada. Tomou a mão da mulher, que carregava a criança e a conduziu, rápido, para fora da casa. Se havia fogo, não era na sua casa. Já no quintal, ficaram os três envoltos numa nuvem de fumaça espessa, seca, brutal. Mal dava para enxergar o barraco da vizinha. Gritaram. Mas não houve resposta. Nenhum ruído.

A criança ainda respirava. Decidiram sair à procura de médico. Na saída do bairro, havia um posto de



saúde, que abria bem cedo de manhã. Talvez até já estivesse aberto. Era o único recurso que pensaram buscar.

Estranharam a rua. Caminhavam com muito esforço, cada vez com mais dificuldade para respirar. Poderia-se supor que algo grave sucedera naquela noite. Logo no fim da rua, alguém caído. Pararam assustados, buscando

uma cidade



com dificuldade o ar que os pulmões reclamavam avidamente. Era pessoa conhecida. E estava morta. Um calafrio percorreu o corpo daquele homem e o desespero se apossou daquela pobre mulher.

Em meio àquela fumaça branca, seca, intransponível, os três, absurdamente, tentavam andar. Queriam água, ar, sair daquele sufoco que mais parecia um pesadelo.

Não havia uma só alma na rua. Um só automóvel. Era tudo de um silêncio mórbido, como nunca houvera naquele bairro, sempre fervilhando de gente num movimento contínuo.

Não foram longe. A coluna de fumaça se adensava a cada passo. E a cada passo ficava mais penoso dar outro. Já não caminhavam, arrastavam-se abanando o rosto com as mãos, sofregamente.

Não demorou muito, também eles caíram. Como muitos outros nos demais bairros da cidade, no centro, nas mansões, nos albergues e nos hotéis. Aquela vez a agonia atingiu a todos. Alguns mendigos que não dormiam à noite, eternos vigilantes, percebendo que algo de anormal ocorria, foram para fora e a custo lograram descer o rio que os salvou. E com eles seguiram algumas prostitutas, vagabundos, notívagos e meninos abandonados. Mas foram só estes.

A extraordinária fumaça que derrotou aquela cidade, permaneceu sobre ela ainda vários dias, e só desapareceu depois de uma copiosa chuva, tudo lavou, dando conta ao mundo do alcance do desastre.

Como acontece seguidamente, algumas autoridades que estavam viajando foram poupadas. Procuradas para explicar o que causara tamanha destruição, deram graças a Deus por estarem vivas e responderam que as causas ainda não haviam sido detectadas, mas que todas as providências já tinham sido tomadas e que, num prazo muito curto, tudo seria esclarecido.

O cheiro fúnebre dos mortos empestou a cidade.

Por muito tempo, ninguém mais arriscou pôr o pé naquele lugar.

Até hoje, há quem diga que das cinzas, vez ou outra, sobe o clamor de uma criança chorando agoniada por falta de ar.

Roberto Zwetich é pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e trabalha na missão entre o povo indígena Kulina no Acre. Segundo ele, este texto é "um retrato, ainda que fictício, do que se está vivendo no Acre nestes dias".

Associações de moradores e a construção da democracia

Francisco Alencar

A democracia pela qual lutamos não se confunde com a democracia liberal burguesa nem é apenas uma tática para se chegar à revolução socialista. Aceita por todos os grupos e classes como um valor político universal, a democracia substantiva que os movimentos populares defendem só existe com a execução da vontade das maiorias, com o fim da exploração econômica e do poder das elites e, sobretudo, com uma prática permanente de participação organizada da população na tomada de decisões sobre todos os aspectos da vida social.

No extremo, entendemos que é impensável a construção democrática sem a luta pela criação de uma sociedade socialista. Mas é igualmente verdadeiro que o estabelecimento de relações socialistas de produção, no Brasil e em qualquer parte do mundo, não se dá sem uma intensa mobilização da população trabalhadora — em seus vários segmentos — e sem um alto grau de consciência política. Esse processo não é rápido nem fatal, determinado historicamente. Como diz Francisco Weffort, “tanto as democracias quanto as revoluções se constroem na luta de vontades políticas conscientes e responsáveis”. E essa construção deve ser conjunta, para que não se incorra nos equívocos históricos de “revoluções” que, ocorridas em determinadas conjunturas favoráveis (como a derrota do nazi-fascismo em 1945, na Europa), encastelaram-se no poder burocrático e estatal, uniformizaram mediocrementemente a vida coletiva e não estimularam a participação crítica dos trabalhadores na feitura de uma nova sociedade.

Sem revolução cultural e política não há mudança econômica e social real. Sem uma sociedade organizada pela base, nos seus locais de moradia e de trabalho, não se avançará um milímetro na superação das injustiças e da opressão secular que

existem na sociedade brasileira. Podemos ter eleições a cada ano, imprensa sem censura, inúmeros partidos políticos, militares nos quartéis: sem o povo organizado — povo aqui entendido como todas as classes e frações de classe que vivem do seu trabalho — não há transformação verdadeira, não há possibilidade de democracia e socialismo.

A pouco mais de uma década do final do século 20, a sociedade brasileira tem 72% de sua população vivendo em áreas metropolitanas. Esse fato quantitativo revela a extrema importância dos movimentos sociais urbanos. As demandas coletivas *não são simplesmente reivindicações imediatistas*: elas questionam o próprio sistema, uma vez que o Estado capitalista reluta em prestar serviços urbanos que não sejam rentáveis, lucrativos. O desenvolvimento das cidades e a crise dos serviços coletivos são expressão da impossibilidade do sistema em atender demandas que ele próprio suscitou.

Hoje, não se trata mais de fazer o “discurso heróico da classe operária”, mitificando um segmento da massa trabalhadora como a portadora única das sementes da mudança. Generalizações grosseiras ou transferências simplistas quanto ao que é nossa classe trabalhadora ou o processo revolucionário são posturas, na essência, conservadoras. Marx lembrou que “a história só se repete como farsa”.

Os movimentos sociais urbanos, fenômeno recente no Brasil e no Rio de Janeiro, e sua contribuição para a construção de uma ordem democrática e de uma sociedade socialista, merecem a elaboração de teorias novas como eles próprios. As lutas e a experiência de organização de outros povos são sem dúvida importantes, mas apenas porque podem indicar caminhos a serem tentados aqui. O conceito

marxista de “luta de classes” é valioso para nossa análise, mas muitas vezes insuficiente para dar conta dos múltiplos conflitos sociais contemporâneos. A teoria que não se atualiza e se questiona continuamente vira dogma e seus partidários aderem a uma seita. Nada mais anti-dialético que o sectarismo.

Nosso desafio é continuar engendrando práticas novas, que aumentem a consciência política da população, e também produzir uma teoria sobre o nosso movimento, para que as idéias fecundem nossa ação e esta seja fonte insubstituível daquelas. Não há processo de conhecimento se tudo já está sistematizado num discurso previamente arranjado e consagrado como verdadeiro.

Princípios que o movimento comunitário elegeu

Em nove anos de lutas, as associações de moradores do Rio de Janeiro e sua federação (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - Famerj) consolidaram alguns princípios gerais que norteiam seu movimento.

O movimento comunitário busca um *poder*: o da mobilização permanente da sociedade pela base. Esse poder, que muitas vezes não tem expressão formal e/ou institucional, é muito importante por manter acesa a crítica a todas as formas de dominação. Ele, quando exercido, impõe orientações novas às políticas estatais e reforça os mecanismos de controle popular. Entendemos que o poder político de representação e a disputa pelos governos deve ser tarefa dos partidos políticos, que elaboram táticas e estratégias com esta finalidade. Tanto melhor se eles, ao formularem isso, também buscarem subsídios nos



Congresso da Famerj: moradores consolidam o seu movimento.

movimentos sociais; aliás, é aí que reside a diferença efetiva entre os partidos burgueses, tradicionais, e os partidos que têm compromisso com as transformações sociais.

O movimento dos moradores tem que ser autônomo frente ao Estado e suas instituições e frente aos partidos. Nosso compromisso é com a sociedade civil que se tenta organizar. É legítimo que os partidos reflitam sobre como os movimentos sociais devem atuar para fortalecer suas estratégias de tomada do poder, mas isso não pode significar fazer desses movimentos correia de transmissão das propostas partidárias. Que os militantes partidários discutam o movimento social no âmbito de sua organização política, mas que se deixem questionar e transformar pelo que o próprio movimento, no seu pluralismo, traz de diferente em relação às formulações de grupos mais restritos e ditos de "vanguarda".

O movimento social urbano é *político* e enfrenta o desafio de trazer a política ao cotidiano. Todas as questões levantadas pelos mais anônimos cidadãos são dignas de serem tratadas. O apoliticismo das massas, mais do que um atraso, é uma rejeição às formas tradicionais de se fazer política. Nem sempre é uma recusa à participação. A descrença nos políticos, tão generalizada, é um clamor por uma nova política.

Esse movimento, ainda num estágio inicial, faz, na sua prática, a propaganda das

formas cooperativas e do socialismo como solução global para os problemas sociais de hoje. Essa passagem, através da socialização das nossas práticas e de experiências cooperativistas, torna a conquista de uma nova sociedade uma *obra consciente* da imensa maioria da população, da grande massa dos assalariados, de todas as camadas antimonopolistas. Movimento de massa, não tem razão de confinar-se em ações restritas e discursos herméticos que levam ao isolamento. Mas também não pode abrir mão de sua ousadia, escudando-se num suposto atraso de consciência. É a práxis da luta que desenvolve a consciência, cria os atores políticos, molda a identidade coletiva, gera um mundo novo com a presença organizada de classes sociais conscientes de seus interesses reais. Movimento de massa, traz em seu bojo o aprendizado prático, que os livros não dão, de como se unir, organizar, pressionar, negociar e lutar.

O movimento comunitário, ainda que político e de inspiração socialista, é um *movimento aberto* a todos os atos e propostas de criação coletiva, sem programas rígidos pré-estabelecidos por uma vanguarda bem-pensante. Os revolucionários de Moçambique cunharam uma frase na longa luta contra o colonialismo português: "a paciência é uma virtude revolucionária". Sabedores de que o socialismo não virá de imediato e nunca como resultado de um golpe, só se constrói o movimento comunitário tendo a exata noção de

sua função eminentemente pedagógica, de educação política das massas, de combate permanente — e penoso, quase sempre — contra a ideologia dominante consumista e de acomodação. A vinculação das idéias progressistas aos interesses e vivências das classes subordinadas exige muita criatividade e não se faz com "slogans" antiimperialistas...

Ainda que altamente crítico do sistema capitalista, nosso movimento é *democrático*, abrigando visões diferentes dentro de um propósito comum. Não pode estigmatizar pessoas e idéias envolvidas no trabalho como "inimigos". Nas suas diferentes instâncias de organização e nas deliberações coletivas afirmamos um princípio salutar: *unidade na diversidade*.

O movimento comunitário é *combativo*, pois prioriza as lutas de rua e a mobilização como único instrumento de pressão para conquistas junto aos poderes públicos. É também a mobilização o respaldo que temos para não ficarmos presos a negociações que levem a capitulações ou cooptação das lideranças, como tantas vezes acontece.

Os governos civis e suas tentativas domesticadoras

Os governos no Brasil, do período colonial, com os representantes do Estado absolutista português, à transição da "no-



Manifestação de moradores na Via Dutra.

va" República, sempre tiveram um poderoso aliado de sua sustentação: a alienação política e desorganização da grande maioria da população. A cidadania não é exercida hoje por mais de 10% dos 140 milhões de brasileiros.

Não por acaso, os governos civis desse período que sucede a ditadura militar, cada qual no seu estilo, também tentam destruir as bases fundamentais desse processo de organização da sociedade.

No Rio de Janeiro, um governo eleito com o voto dos setores mais explorados e de boa parcela de seu setor organizado, relacionou-se com o movimento através de tentativas seguidas de cooptá-lo. Mesmo não o conseguindo inteiramente, o discurso populista enfraquece a organização popular na medida em que apela sempre para "os humildes", os "pobres" em geral, colocando o governo e a própria figura carismática do líder como a "salvação" de todos os males que nos afligem. Portador de uma inegável sensibilidade para o social — que o distancia das elites tradicionais — e conhecedor das propostas das esquerdas, o populismo conseguiu criar a ilusão de que tinha inaugurado, no governo, a *era da participação*, sucessora da *etapa reivindicatória* do movimento comunitário. Isso levou à paralisação e à burocratização de muitos movimentos associativos e, objetivamente, não se traduziu em conquistas significativas, após quatro anos de governo, mesmo reconhecendo-se que alguns setores do poder público estadual não tinham a perspectiva do atrelamento. Uma frase de Leonel Brizola, em março de 1983, num encontro com cerca de 8 mil lideranças comunitárias, foi reveladora: "As associações de moradores são aflu-

tes de um rio mais importante, que é o partido político".

O populismo a nível nacional se expressou na cruzada do Plano Cruzado, com o apelo "sarneyista" para que o povo se tornasse "fiscal do presidente". Desprezando as organizações sociais e apelando diretamente aos indivíduos, como se estes pudessem, sozinhos, mudar o curso da história com a agilidade com que se fechou, um dia, a porta de um supermercado, a "nova" República apostou tudo no seu "tem que dar certo". Os meios de comunicação de massa se encarregaram de fazer 90% da população acreditar nesse novo "milagre", a praticar o culto da autoridade, a confiar cegamente na ação decisiva do presidente e a não crer, mais uma vez, nas forças sociais e políticas mais autênticas. Como o governo iria travar com sucesso uma luta contra os "especuladores" — melhor dizendo, a burguesia que lhe dá sustentação — sem contar com essas forças? O governo da "nova" República, que incorpora inúmeros setores do "antigo regime", não optou por uma política popular com o golpe do Plano Cruzado: utilizou-se de algumas sentidas e antigas reivindicações do movimento popular, como o congelamento dos preços, e ganhou com isso uma sobre-vida em termos de legitimidade. A bandeira do congelamento dos gêneros de primeira necessidade, como a do não pagamento da dívida externa, a do fim da ciranda financeira e a das reformas de base, tem que ser recuperada pelos únicos capazes de implementá-las: os movimentos sociais e os grupos e partidos políticos populares.

É forçoso reconhecer, entretanto, que após os vinte anos de ditadura e os dois

da "nova" República, essas forças mudancistas não têm organização, expressão política, acúmulo e nem mesmo propostas estruturadas para ser uma alternativa real e imediata de poder.

A crise é de crescimento?

Cenas da manhã de 21 de março de 1987: no quilômetro 32 da antiga Rio-São Paulo, cerca de quinhentos moradores, liderados por suas associações, realizam uma passeata exigindo saneamento básico para o local. Nessa mesma manhã, no elegante bairro da Gávea, zona sul do Rio, um número igual de manifestantes denuncia a especulação imobiliária que quer destruir uma área verde. São exemplos de vitalidade do movimento comunitário e de seu caráter plural.

Entretanto, a participação das associações nos órgãos da Federação, locais, regionais e gerais, não cresce. Isso revela crise, inegavelmente. Muitas associações não reúnem, semanalmente, mais do que dez moradores. Ainda que sendo um número mais expressivo do que o dos diretórios dos partidos políticos, isso é sinal de crise.

O movimento continua vivo mas enfrenta uma crise de participação, de articulação e de direção.

É fundamental levar em conta que as acirradas divergências no plano teórico e na disputa pela direção do movimento nutrem-se da ausência de lutas concretas na base.

Todas as decisões polêmicas do movimento comunitário, entretanto, como a atitude em relação ao Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo/Sarney e a filiação à Conam, foram tomadas democraticamente e a unidade da Federação tem sido preservada. Continuar nesse caminho é fundamental para que não haja o esvaziamento que percebemos em outras entidades.

A unidade política da direção do movimento comunitário, qualquer que ela seja, tem um fiador: o programa de lutas gerais e específicas que os congressos das associações de moradores elaboram e definem. Se essa unidade só for possível a partir de posições políticas prévias, o princípio da democracia do movimento estará sendo destruído. Disputar a hegemonia e abrir claramente as propostas é legítimo, mas seu crivo de autenticidade tem um espaço insubstituível: as assembleias do próprio movimento.

Francisco Alencar é historiador. Foi presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj).

PENTECOSTALISMO

Uma terapia religiosa na cidade

José Bittencourt Filho



Já se incorporou ao cenário dos centros urbanos a figura dos "crentes". Principalmente aos domingos, eles são vistos aos grupos, nos ônibus, nos trens, em automóveis, dependendo da situação de classe. Também nas praças e logradouros, em pequenos grupos, proclamam sua mensagem religiosa, por vezes, com o uso de possantes megafones ou mesmo amplificadores mais sofisticados.

Os pregadores das praças públicas podem ser das mais diferentes denominações, as quais compõem um amplo espectro que vai desde as igrejas do Protestantismo de Missão até os grupos pentecostais autóctones, cujo referencial doutrinário torna-se cada dia mais sincrético e variegado.

Certamente a maioria dos crentes (como preferem ser chamados) das últimas duas décadas para cá, são pentecostais. Apesar da rarefação de informações que pudessem ser medidas, pode-se afirmar, por estimativa, que os pentecostais de todos os matizes já somam 70% do protestantismo brasileiro.

Trata-se de uma discussão algo polêmica se os pentecostais são protestantes. Os vínculos que ainda mantêm com os axiomas e postulados teológicos da Reforma são tão tênues que fica difícil qualquer afirmação. Na realidade, porém, isso para eles é de menos importância, já que preferem identificar-se sob a nomenclatura mais abrangente de "evangélicos".

No entanto, pode-se constatar que os diferentes grupos pentecostais são caudatários, pelo menos formalmente, dos modos de Protestantismo Histórico ou de Missão, o primeiro a implantar-se no Brasil. Algumas igrejas, inclusive, apesar de adotarem o ideário pentecostal, mantêm sua denominação de origem. São aquelas agremiações eclesiais que compõem o movimento chamado "renovação espiritual", expurgado do interior daquele protestantismo pioneiro.

Acresce o "movimento carismático" que, como o próprio nome indica, prefere permanecer no interior das estruturas eclesiais tradicionais, ou, quando opta pelo cisma, mantém-se isolado por algum tempo, até que a rotinação do carisma determina sua institucionalização.

Cura, exorcismo, prosperidade

Entretanto, o que mais chama a atenção dos estudiosos e mesmo da imprensa, são aqueles movimentos, seitas e igrejas que segundo uma determinada tipologia, vêm sendo apelidados de "pentecostalismo autônomo".

O adjetivo apostro se justifica devido ao fato de que já existem famílias pentecostais organizadas segundo padrões tradicionais, e que formam o grupo qualificado como "protestantismo pentecostal". Já são notórios os sinais de estruturação, por exemplo, das Assembléias de Deus, a denominação do protestantismo pentecostal que alcança maior crescimento numérico no Brasil.

Talvez, devido a suas características de religião de massa, o pentecostalismo autônomo consegue maior destaque. Sendo impessoal, é menos rígido quanto ao controle dos hábitos e costumes dos seus fiéis, tem maior flexibilidade cültica, desenvolve um proselitismo mais abrangente, e funciona no seu todo bem ao gosto das populações urbanas, estruturando-se como um "balcão" de bens de religião de fácil acesso.

Sua mensagem é simples e direta, tendo como base a tríade: cura, exorcismo e prosperidade. Na prática, essas três dimensões ou ênfases estão amalgamadas.

É sobejamente conhecido o processo caótico de conformação dos grandes centros urbanos. A despersonalização, a anomia, o isolamento e a desumanização são fatores que diuturnamente contribuem para que a qualidade de vida nas cidades se deteriore aceleradamente. Alguns técnicos chegam a afirmar que em pouco mais de uma década, a vida nas grandes cidades tornar-se-á inviável, com o colapso total dos serviços públicos, a poluição a níveis insuportáveis, a violência descontrolada e o déficit crônico de moradias.

Obviamente, as maiores vítimas dos centros urbanos são as populações carentes. Privadas dos direitos fundamentais movem-se num clima permanente de terror, só extravasado nos estádios e eludido nos carnavais. Paira sobre elas um medo constante da fome, da morte violenta, do desemprego, da doença, da solidão, da total desagregação familiar, da perda absoluta da dignidade.

É preciso dar nome aos medos para que se possa enfrentá-los. Não é à toa que a maior parte dos sermões dos pastores do pentecostalismo autônomo ocupa-se do diabo. Este aparece como a síntese de todos os males que ameaçam a população, e simultaneamente como causa de todas as adversidades existenciais.

Considerando que a matriz religiosa brasileira comporta o catolicismo ibérico, a magia européia, a magia indígena, as religiões africanas e o espiritismo cristão europeu, torna-se viável a disseminação de uma proposta que de modo simples e difundido ofereça bens de religião que corres-



Pentecostalismo tem como base a cura, o exorcismo e a prosperidade.

pondam às necessidades espirituais e materiais básicas.

Qualidade de vida

O pentecostalismo autônomo promove um tipo de conversão que contribui para uma melhoria de qualidade de vida, através da poupança compulsória (pelo recorte de valores). A forte emotividade, que é um dos elementos fundamentais dessa religiosidade, fornece condições para que as pessoas abandonem vícios, hábitos violentos e superem sociopatias.

Essa dimensão terapêutica da religiosidade do pentecostalismo autônomo cria fatos que falam alto em meio às coletividades e que logram adesões que vão desde passistas de escolas de samba até militantes das CEBs, passando por jovens de classe média. Essa síndrome de conversões distribuída por todas as camadas sociais, tem surpreendido e intrigado pastoralistas e cientistas da religião.

Indubitavelmente o pentecostalismo autônomo tem produzido uma mensagem religiosa que vai ao encontro das necessida-

des fundamentais das populações urbanas, conforme elas próprias as interpretam (a partir do senso comum), realizando ações terapêuticas conversionistas, pelo uso de recursos simbólicos e da solidariedade formal.

Os efeitos políticos já se fazem sentir. Essas igrejas já conseguiram eleger alguns constituintes e formar a opinião dos seus fiéis no tocante a preferências eleitorais. Isto faz desses grupos religiosos, reservas ideológicas em potencial. Vale ressaltar o reforço que representa a Igreja eletrônica, que veicula a ideologia dos setores ultraconservadores da sociedade norte-americana.

O pentecostalismo autônomo representa um desafio pastoral, político e cultural, e certamente irá expandir-se juntamente com as cidades e seus problemas, na proporção em que não se apresentarem alternativas que correspondam melhor às demandas espirituais coletivas.

José Bittencourt Filho é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI

Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 60

América do Norte: US\$ 85

Europa,

África e Ásia: US\$ 100

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI**
— Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua
Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ

A questão urbana e a Constituinte

Nireu Oliveira Cavalcanti

Hoje, 70% da população brasileira vive em núcleos urbanos. Há quarenta anos atrás, a situação era exatamente oposta, com 70% da população situada em áreas rurais. O Estado nada fez no campo econômico, social, cultural, político e até mesmo jurídico para conter esta abrupta inversão ou para desenvolver ações a nível de planejamento, que acomodassem, de maneira menos traumática, inevitáveis efeitos por ela gerados. O resultado aí está: a baixa qualidade de vida a que estão expostas parcelas significativas das populações urbanas, o quadro degradante de injustiças sociais e de condições ambientais apresentado pela maior parte de nossas cidades. Só no município do Rio de Janeiro, por exemplo, são 2,5 milhões de pessoas que sobrevivem em condições subumanas.

Dentre os conhecidos fatores estruturais responsáveis por esse estado de coisas podemos mais uma vez recordar: a perversa estrutura agrária do país, ocasionando a sistemática expulsão de contingentes rurais para os médios e grandes centros urbanos e a política de concentração de renda praticada nos últimos quarenta anos. Pauperizada ao extremo, 60% de nossa gente mal consegue produzir, através da venda de sua força de trabalho, rendimentos que lhe possibilitem alimentar-se. Como esperar que tenha ela condições ainda de abrir caminhos que lhe facultem o acesso à habitação, reconhecida necessidade fundamental do ser humano? As declarações oficiais estão aí para atestar: o déficit habitacional atinge, hoje, a casa de 8 milhões de unidades, segundo o próprio ministro do Planejamento. Se o quiséssemos eliminar, a nação (Estado e setor privado) teria que destinar a quantia de 2,4 trilhões de cruzados só para produzir fisicamente moradias de 50m², a base de 6 mil cruzados por m² de construção. Evidente que neste cálculo nem foram considerados os investimentos na aquisição de terrenos ou os gastos com infraestrutura de esgoto, água, luz etc., corolários não descartáveis do problema da moradia.

Conceito de propriedade

A questão da terra urbana, tal como concebida até hoje por nossos estatutos ju-

ridicos, tem representado um dos mais sérios entraves à garantia de um mínimo de qualidade de vida urbana. Aliás, a nocividade do papel desempenhado pela questão da terra urbana, é um mero reflexo da maneira como se trata, na raiz e em geral, a propriedade, o direito à propriedade, indebitamente igualado a outros tantos direitos fundamentais como o direito à liberdade de expressão, de associar-se, esses, sim, essenciais à dignidade da pessoa humana. No que tange à propriedade, existe um reparo e uma correção de rumo a ser perseguida, sobretudo no momento em que se elabora a nova Constituição, para que deixe de ser vista como um "bem sagrado" do indivíduo, para ser um *exercício de uso* que lhe é facultado, respeitada e protegida sua função básica: a social. Aliás, e até mesmo no sentido de "desideologizar" a polêmica, é necessário, cada vez mais, que tomemos consciência de uma peculiaridade da "propriedade terra": a sua *finitude*, que cotejada à explosão e concentração demográficas inevitáveis, aponta logicamente para sua apropriação ou uso cada vez mais coletivo, cada vez mais social. Esta característica de finitude vale tanto para a terra de exploração agrícola quanto à de exploração urbana. Coibidas as ações predatórias e adotadas as mais eficientes técnicas de racionalização de sua exploração, mesmo assim, o rendimento de uma propriedade rural poderá quintuplicar, mas esbarrará, ao fim, em seu limite máximo de produção. *Mutatis mutandis*, ou exploração de um terreno urbano tem

também suas fronteiras. Tratando-se de edificações, poder-se-á construir numa área de mil m² até 20 mil m², ou seja, ela renderá no limite até vinte vezes mais.

Esta possibilidade máxima de construção sobre um terreno não deve compreender toda a área de um núcleo urbano, mas apenas as zonas de edificações máximas. Lembramos que os índices internacionais de densidade urbana recomendam que as cidades não tenham mais do que 45 indivíduos por mil m² de terreno. Se a permissão de exploração máxima do terreno urbano generalizar-se como desejam os especuladores imobiliários, teremos neste caso 1.100 indivíduos por cada mil m², o que representa 24 vezes mais do que o indicado internacionalmente pelos planejadores urbanos. A qualidade de vida urbana passa também pela densidade populacional adequada e pela existência de áreas livres e de baixo índice de construção nos núcleos urbanos. Portanto, normas restritivas à especulação imobiliária, que permitam ações governamentais que viabilizem o assentamento das populações urbanas, devem ser traçadas com clareza e determinação. A cidade não pode continuar a ser o grande negócio do capitalismo brasileiro.

Neste processo de urbanização ocorrido no país devemos destacar ainda a forma desequilibrada e distorcida que se deu a distribuição da população urbana pelos 4,1 mil municípios brasileiros. Algumas poucas cidades, ou seja, apenas 22 delas

Ag. Folhas/Matutini Mayezo



concentram 30,6 milhões de habitantes, o correspondente a um terço da população urbana. O quadro geral desta distribuição populacional, segundo o Anuário Estatístico do Brasil (1985-IBGE), tem a seguinte configuração: 105 municípios com população até 2 mil habitantes; 3.171 variando de 2 mil a 30 mil habitantes; 654 na faixa dos 30 a 100 mil habitantes; 141 já de médio porte, pois suas populações ficam entre 100 mil e 500 mil habitantes. Por fim, a grande concentração populacional em apenas 22 municípios como suas populações acima de 500 mil habitantes.

As propostas da sociedade

O clamor das cidades se fez ouvir na Constituinte. Entidades e movimentos sociais, às voltas com a problemática urbana, formularam suas reivindicações e sugestões. Quatro emendas populares, no seu todo ou em parte, abordaram o tema substanciado nos seguintes pontos:

1) reconhecimento da importância da questão urbana e conseqüente dedicação, no texto constitucional, de um capítulo específico para tratar do problema;

2) reafirmação clara e eficaz da subordinação do direito à propriedade urbana à sua função e uso social;

3) melhor e mais justa distribuição do poder e dos recursos em favor dos municípios e dos estados;

4) criação de mecanismos de participação popular visando produção de sugestões para o Legislativo, colaboração na formação de opinião na esfera do planejamento, e fiscalização permanente dos atos administrativos do poder municipal;

5) criação de mecanismos que possibilitem à administração municipal planejar o desenvolvimento das respectivas áreas urbanas como:

a) o direito de preferência na aquisição do bem imóvel pela municipalidade;

b) a desapropriação por interesse público ou social mediante indenização com títulos da dívida pública;

c) o direito real de concessão de uso;

d) o imposto progressivo;

e) o tombamento e a preservação dos bens culturais e naturais;

f) o usucapião urbano, num prazo máximo de três a cinco anos;

g) obrigação do Estado de dotar os núcleos urbanos de equipamentos como transporte coletivo, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e pluvial e eletricidade;

h) reconhecimento do direito social do indivíduo e de sua família, de habitarem em condições dignas;

i) políticas habitacionais que garantam esse direito.

Outras emendas populares vieram concursivamente complementar esse quadro das fundamentais necessidades do viver urbano: a do ensino público e gratuito, a do sistema unificado de saúde, as da defesa do meio ambiente, da reforma agrária, da participação popular e dos direitos do trabalhador.

De que maneira, formalmente, a Assembléia Nacional Constituinte atendeu aos reclamos e sugestões da sociedade?

A minguada resposta

Tiveram direito, felizmente, no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, a capítulos específicos, as seguintes questões: reforma agrária, saúde, educação-cultura-desporto, ciência e tecnologia, família, criança, adolescente e idoso, e índios. Devemos aplaudir a intenção dos destaques. Mas por que cargas d'água ficou de fora, afinal, a questão urbana que até mereceu, em fase anterior, a constituição de uma subcomissão à parte? É incompreensível que uma temática tão grave e consistente, que afeta 98 milhões de cidadãos brasileiros se encontre diluída em perdidos e misérrimos artigos e parágrafos de ordem econômica. Nenhuma palavra a respeito, na ordem social. Apenas ligeiras alusões na organização do Estado.

O sério problema da moradia, saneamento, transporte urbano e afins vem rapidamente arrolado na lista exaustiva das competências da União. Compete à União, "instituir o sistema nacional de desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos, entre outros" (cfme. título III cap. II art. 19 — XIX). Ou no título VII — cap. I art. 196):

"Incumbe aos estados, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, por prazo determinado e sempre através de concorrência pública, a prestação de serviços públicos".

A questão da propriedade, antes mesmo de ser mais especificamente abordada no capítulo da ordem econômica, vem comprometedoramente enunciada lá no início, no cap. I dos direitos e liberdades fundamentais. A vitória ocorrida na Comissão de Sistematização, do destaque do deputado Gastone Righi, acrescentando à redação constante no substitutivo os termos, "mediante prévia e justa indenização" para



os casos de desapropriação, abre flancos perigosos para a legislação ordinária. Se ela vier interpretada e regulamentada no sentido de indenização *em dinheiro e pelo valor do mercado*, teremos inviabilizada a ação do poder público na aquisição de terras para implantação de projetos de caráter social.

Na ordem econômica, os conceitos de propriedade urbana e direito de propriedade reaparecem mais qualificados:

"A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa em plano urbanístico, aprovado por lei municipal, obrigatório para os municípios com mais de cinquenta mil habitantes" (art. 200, § 1º).

A redação cria um possível indicador da função social da propriedade urbana ao vinculá-la a plano urbanístico municipal, o que é uma novidade interessante sobretudo se pudesse vir a ser completado por outros mecanismos. Alertamos, porém, para a restrição introduzida: a obrigatoriedade de plano urbanístico somente atinge os municípios com mais de 50 mil habitantes. Com isto temos um corte de 3,6 mil municípios que atualmente se situam,



em termos populacionais, abaixo destas cifras. Se preconizamos o não inchamento dos centros urbanos, melhor distribuição da população, incentivos concretos ao desenvolvimento de municípios de pequeno porte, por que não ajudar a que todos cheguem, se não a formular planos urbanísticos, pelo menos simples regras urbanísticas que prevejam, como se deseja, seu crescimento ordenado?

Na seqüência, o mais grave, porém, está no art. 200 onde algumas idéias até interessantes acabaram por serem confundidas e contraditoriamente amarradas entre si. Se não, vejamos:

§ 3º — *As desapropriações de imóveis urbanos serão pagas previamente em dinheiro*, facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área territorial incluída em plano urbanístico aprovado pelo Poder Legislativo, exigir, nos termos da lei, do proprietário do solo urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado que promova seu adequado aproveitamento *sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, estabelecimento de imposto progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública*

de emissão previamente aprovada pelo Senado da República, com prazo de resgate até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real de indenização e os juros legais.

O parágrafo começa homogeneizando qualquer sorte de proprietário urbano, tanto o pequeno possuidor de único imóvel para moradia, quanto o grande investidor, para fins de indenização *prévia em dinheiro*. Se isto vier a ser aprovado da maneira como figura no substitutivo é líquido e certo que estará sendo inviabilizada a desapropriação em si mesma, para que se chegue a resolver problemas gravíssimos como o da habitação. Em segundo lugar, é inaceitável a equiparação de tubarões com bagrinhos. Sabiamente, as emendas populares fazem a ressalva, protegendo as pequenas propriedades urbanas, ao destacar os únicos casos em que a indenização deve ocorrer previamente e em dinheiro: quando se tratar de único bem imóvel do proprietário utilizado para moradia própria ou fonte de sua subsistência. Em terceiro lugar, o parágrafo omite um mecanismo importante para o cálculo do valor justo do imóvel a ser desapropriado: o desconto da parcela decorrente da valorização do imóvel que tem origem nos inves-

timentos públicos realizados para melhoria na área, preocupação justa de caráter social também contida nas emendas populares.

É grave ainda, a inclusão neste parágrafo da palavra *sucessivamente*, obrigando o Poder Público a usar isoladamente e numa ordem seqüencial mecanismos como o parcelamento ou *edificação compulsórios*, o *imposto progressivo* e, por último, a *desapropriação com título da dívida pública*.

A sucessividade torna o processo inviável e burocrático, imprensando a ação do Poder Público, por várias razões. De que modo, na prática, se poderá caracterizar o proprietário como *infrator*? Os conceitos adotados de terrenos não utilizados ou subutilizados são imprecisos, permitindo ao dono do imóvel sempre demonstrar que sua propriedade cumpre a função social. Mais sério ainda é considerar o imposto progressivo, ou a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, como punição ao proprietário infrator. Ora, são mecanismos fundamentais para o planejamento urbano que permitem ao Poder Público exercer a justiça tributária e o bem estar social.

Excetuando-se a satisfatória redação dada ao usucapião urbano, contemplado pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral, no resto, se as tendências textuais se confirmarem pelas votações da Comissão de Sistematização, poderemos dizer, no futuro, que a Constituição de 1987 não encarou de frente e com coragem o grave problema urbano que aflige a mais expressiva parcela da população brasileira.

Sem mecanismos que viabilizem uma decente reforma urbana não teremos uma Constituição justa. Não basta proclamar que todos são iguais, formular um belo primeiro capítulo declaratório dos direitos fundamentais se não se abrem perspectivas reais que assegurem a igualdade de participação a todos os indivíduos. Participação no uso da liberdade e das riquezas, no uso dos serviços e no recebimento de proteção, na participação do governo.

Somos a 8ª economia do mundo mas ocupamos o 60º lugar quando se trata do nível social da população brasileira. Enquanto houver, nos núcleos urbanos, multidões sobrevivendo desumanamente nas favelas, cortiços, periferias dos grandes centros, ou perambulando pelas ruas, ou até mesmo enfiados, como animais, nos buracos das cidades, não deixaremos de ser uma subnação.

Nireu Oliveira Cavalcanti é arquiteto, professor da Universidade Federal Fluminense e decano do curso de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro (RJ).

Nicarágua:

a nova política econômica

(1985-1987)

Para compreender a nova política econômica do governo da Nicarágua a partir de 1985, algumas considerações gerais se fazem necessárias. Em primeiro lugar, destaque-se que a partir de 1982 ocorreram, paralelas ao auge dos investimentos no setor produtivo, crescentes demandas do setor de defesa da nação, incrementadas pela agressão norte-americana. O resultado foi a elevação do déficit fiscal com a conseqüente pressão inflacionária e limitações na produção material.

Em fins do período 1980-1984, os programas de investimentos superavam as possibilidades técnicas, materiais e financeiras do país. Cabe ressaltar que nessa etapa acentuou-se cada vez mais o bloqueio financeiro norte-americano, vindo o presidente Ronald Reagan a decretar, em 1985, um boicote comercial contra o nosso país.

A política de agressão financeira dos Estados Unidos provocou forte tensão entre a oferta e a procura, na medida em que as fontes multilaterais de crédito iam-se fe-

chando em virtude do bloqueio norte-americano. Os créditos externos conseguidos por via bilateral cobriram fundamentalmente o componente de importações diretas, principalmente maquinário e equipamentos.

Em geral, as características da economia nicaraguense em 1985 eram as seguintes:

- diminuição sensível da oferta de bens e serviços;
- inflação crescente cujos efeitos afetavam essencialmente os trabalhadores assalariados. Este fenômeno desestimulou a força de trabalho a incorporar-se às atividades produtivas (a inflação aumentou de 50%, em 1984, para 335% em 1985. Em 1986, o aumento foi de 70%, segundo o Cepal);
- florescimento de um setor especulativo comercial que se converteu em economia paralela;
- descapitalização acelerada do sistema financeiro nacional devido às perdas cambiais, aos créditos irrecuperáveis e aos déficits fiscais do governo central;
- anarquia no sistema de preços e queda drástica nos rendimentos médios dos trabalhadores produtivos, particularmente no campo, cenário da guerra de agressão.

Em tais condições, em 1985 o Estado deu uma reviravolta muito importante em sua política econômica, com o objetivo de defender o país e deter os elementos distorcentes causados pela guerra na econo-



Juana Martins/F4



Região de Leon: voluntários vão colher algodão.

mia. Propôs-se, entre outras medidas, eliminar os subsídios, reduzir a pressão do déficit fiscal, racionalizar o gasto público e os programas de investimento, e reordenar a política creditícia e cambiária. Foram ainda tomadas medidas tendentes a reduzir o comércio especulativo em benefício do setor produtivo e na redistribuição da receita.

No decorrer destes dois últimos anos, o esforço nacional vem sendo direcionado para garantir a sobrevivência da sociedade, com base numa economia de resistência cujo objetivo fundamental é o de assegurar a defesa e o futuro econômico da nação.

A política de subsistência, não obstante o desgaste produzido pela guerra e as limitações impostas pelo bloqueio econômico, tem sido implementada a partir do interesse em proteger os sujeitos pilares desta Revolução: operários e camponeses. Quanto à comercialização e distribuição de alimentos e produtos básicos, os esforços do Ministério do Comércio Interior (Micoín) e das organizações de massas se concretizaram, embora insuficientemente, na formação de ampla rede de aprovisionamento e distribuição composta de canais seguros; montaram-se Centros de Abastecimento (CAB) para os trabalhadores urbanos.

No campo, para garantir o acesso dos consumidores aos alimentos básicos a baixo custo, criou-se um novo sistema de comercialização centrado na formação de nova infra-estrutura de aprovisionamento e distribuição, e regulação e controle de preços ao produtor e ao consumidor.

A política do FMI contrasta, assim, com a política da Revolução de proteger os setores historicamente marginalizados, avançando, apesar da guerra, para a independência alimentar. É meta prioritária da Revolução Sandinista a constituição de um sistema alimentar auto-suficiente e equitativo.

A estrutura de dependência e o modelo somozista estavam concebidos de tal modo que impediam a auto-suficiência de alimentos. O camponês era obrigado a produzir em nível tecnológico sumamente atrasado e nas piores terras.

No quadro da economia de subsistência a solução para o problema alimentar está sendo conseguida, não sem graves obstáculos, ou através da implementação de novo modelo tecnológico baseado na irrigação e num processo de reordenação territorial que vai concentrando a produção de alimentos básicos nas melhores terras do Pacífico, ou através da integração

da população ao impulso das hortas comunitárias, institucionais e escolares, que contribuam para descongestionar a demanda de alimentos. Tais objetivos dependem, sem dúvida, do avanço do crescimento da economia e do ritmo da guerra.

Em seu relatório anual, o presidente Daniel Ortega afirmou que em 1986 o índice de crescimento do PIB foi o mesmo de 1985 e que a produção material decresceu em 1,4%.

Houve queda nas exportações, calculadas em 218,6 milhões de dólares, enquanto as importações subiram a 880 milhões. O déficit comercial foi coberto graças ao financiamento externo que para o ano passado foi de 706,3 milhões de dólares. O déficit fiscal foi de 74 bilhões de córdobas devido aos elevados gastos da defesa da nação. Tais gastos representaram 24% da receita nacional.

O presidente explicou também que a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu, e que a jornada de trabalho no campo se recuperou. Esta havia caído para menos de 4 horas e subiu entre 6, que é o horário histórico, e 8 horas, tendo havido certa recuperação da produtividade dos trabalhadores agrícolas e industriais.

Em 1986, o Estado entregou aos camponeses 439.869 lotes de terra. Destes,

337.567 beneficiaram novos proprietários e as restantes propriedades foram legalizadas aos camponeses que as ocupavam.

Houve também progressos quanto ao crescimento da produção agrícola de consumo interno, cujas áreas semeadas cresceram em 33% em relação ao ciclo anterior. Sentiu-se, contudo, uma queda de 11% na área de semeadura de produtos de exportação enquanto a pecuária enfrentava situação desfavorável. Com referência ao abastecimento e distribuição à população, não foi possível atingir as metas programadas devido a problemas produtivos e à incidência do setor especulativo. Fortaleceram-se, porém, os meios de distribuição estatal a fim de garantir à população produtos a preços mais baixos. Houve igualmente progressos no abastecimento de água potável, na saúde e educação.

A economia mista se manteve nestes oito anos e o governo reafirmou recentemente que esse modelo se manterá tal como foi sancionado pela Constituição da República no ano passado.

Como parte do programa da reforma agrária, em 1987 o governo entregará 274.388 lotes de terra que beneficiarão 16.510 famílias camponesas. Estas terras que serão entregues são propriedade do Estado ou de latifundiários desapropriados.

A economia nicaragüense continuará enfrentando como problemas essenciais a agressão norte-americana e a depressão dos preços internacionais de produtos de exportação. Com um rombo comercial de mais de 600 milhões de dólares, uma inflação acima de 1.000%, com sérios pro-

blemas de déficit fiscal e investimentos, o governo da Nicarágua continua uma estratégia realista em sua política econômica, tal como:

- reduzir o déficit financeiro e o índice de inflação;
- racionalizar o processo investidor para assegurar a reposição da capacidade estabelecida;
- avançar na formulação de planos a mais longo prazo, que norteiem a atividade econômica nacional em perspectiva mais estável dentro da crise.

A Nicarágua fará maiores esforços em 1987 para recuperar o valor de suas exportações com base no aumento dos volumes exportáveis, no aproveitamento dos tributos sobre mercadorias em que incidem valores mais altos, e no incremento de suas exportações não tradicionais. Espera-se para 1987 um aumento nas vendas para o exterior, calculadas em 318,7 milhões.

De acordo com as autoridades, este ano o país precisará de 901,900 milhões de dólares para cobrir suas importações. Atualmente estão assegurados 755,3 milhões de dólares em recursos externos. Haverá que se realizar uma negociação extraordinária a nível internacional, para tentarmos conseguir os 146,6 milhões de dólares que faltam ao país para cobrir suas necessidades anuais.

Em nível externo, segundo o governo, já surgem sinais de estabilidade na cooperação internacional. Trataremos de manter esta estabilidade para atingir coerência entre a solicitação produtiva, o comércio exterior e a dívida externa.

Em 1986, a Nicarágua destinou 13,9% de suas vendas ao exterior aos países do Come; 5,0% ao Mercado Comum Centro-Americano (MCC); 55% à Comunidade Européia e os restantes 29% a países em desenvolvimento. As exportações para os Estados Unidos foram suspensas pelo bloqueio comercial imposto por esse país aos produtos nicaragüenses. Nesse mesmo ano, o país teve que realizar a totalidade de suas importações com linhas de crédito.

Para 1987, o Estado anunciou a elaboração de uma Lei de Investimentos Estrangeiros que regule o funcionamento das empresas internacionais existentes no país e o das que se instalarem no futuro. Também se continuará, durante o ano, a revisão salarial que terá por base o aumento real da produção material.

Em síntese, apesar de todos os inconvenientes da transformação e de estar vivendo os piores momentos em sua estabilidade econômica em consequência da agressão norte-americana, a Nicarágua prossegue uma política econômica de mudanças estruturais e de desenvolvimento. Olha para o futuro, tratando valorosamente de defender o nível de vida da população e desenvolvendo as forças produtivas.

Tais esforços têm por garantia a construção de uma democracia participativa, com a finalidade de alcançar a independência econômica da Nicarágua e sua consolidação como nação soberana.

(Extraído de *Inies - Instituto Nicaragüense de Investigaciones Económicas y Sociales*, Boletim Socio-Económico n° 4, julho/1987)

tempo e presença



tempo e presença



tempo e presença



Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00 ☐

Assinatura de apoio:

Cz\$ 300,00 ☐

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

A TORRE DE BABEL

Evaldo Luis Pauly

Todo o mundo se servia de uma mesma língua e das mesmas palavras. Como os homens emigrassem para o oriente, encontraram um vale na terra de Senaar e aí se estabeleceram. Disseram um ao outro: "Vinde! Façamos tijolos e cozamo-los ao fogo!" O tijolo lhes serviu de pedra e o betume de argamassa. Disseram: "Vinde! Construamos uma cidade e uma torre cujo ápice penetre nos céus! Façamo-nos um nome e não sejamos dispersos sobre toda a terra!"

Ora, Iahweh desceu para ver a cidade e a torre que os homens tinham construído. E Iahweh disse: "Eis que todos constituem um só povo e falam uma só língua. Isso é o começo de suas iniciativas! Agora, nenhum disgnio será irrealizável para eles. Vinde! Desçamos! Confundamos a sua linguagem para que não mais se entendam uns aos outros." Iahweh os dispersou dali por toda a face da terra, e eles cessaram de construir a cidade. Deu-se-lhe por isso o nome de Babel, pois foi lá que Iahweh confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra e foi lá que ele os dispersou sobre toda a face da terra.

(Gênesis 11,1-9)

A Torre de Babel é história de cidade, é uma experiência de Deus com a cidade, com os *arigós* das obras, com empreiteiras e governo faminto de obras *faraônicas*. A leitura rápida desta história bíblica me provocou algumas associações:

Cóisa de línguas que ninguém entende é com os pentecostais, eles vivem falando em línguas. Quanto mais, maior é a sua certeza de que Deus está ajudando a igreja. Línguas em Babel aparentam castigo, para os pentecostais, recompensa!

Erguer edifícios é com os peões da construção civil. Gente que veio do interior e aprendeu coisas estranhas com mestres, apontadores e engenheiros. Eles *erguem* vigas e luxo por todas as cidades. *Espalham-se* pelas periferias, pelas planícies e morros.

Confusão por causa de línguas é com o nosso governo. Desinflaciona, desindexa, INPC vira IPCA, ORTN vira OTN, o *spread* da dívida, o *over* e o *open* que dá mais que o *black...*

Uma quebra suspeita

A lacônica descrição do processo de produção (v. 3) aponta uma certa discrepân-



cia entre os que desejam a construção (1ª pessoa do plural) e a presença de um narrador (3ª pessoa do plural). A fabricação de tijolos queimados é tecnologia avançada. Pressupõe olaria e não apenas o buraco com argila e formas para secá-los ao sol, maneira típica de construção nas vilas da Palestina. O comentário do narrador agrega que os tijolos serviam de pedra e o betume (asfalto) de argamassa. Este tipo de técnica exige trabalho especializado, centralizado e coordenado. Há uma separação entre o trabalho intelectual e braçal, penso que a ruptura do próprio versículo indica essa realidade. Quando na

1ª do plural, o texto repete a intenção dos construtores, quando na 3ª indica uma descrição numa certa distância crítica... Sugestiva essa troca!

Como é possível que tribos seminômades, descritas no v. 2, tenham se envolvido com uma construção tão sedentária? Isto só foi possível historicamente sob o reinado. O reinado é explicitamente fenômeno urbano. Rei e cidade são inseparáveis. O que representa Babel na planície de Sinaar? O testemunho bíblico (Josué, por exemplo) indica que as cidades na planície eram inimigas dos seminômades.

O exegeta Noth afirma que tais cidades eram "governadas por reis, rodeadas por uma casta administrativa de tipo feudal". O exército real que aí se aquartelava saqueava os campos ou, mais sutilmente, tributava esta produção. Este modelo produziu entre as tribos de Israel o surgimento das diferenças entre pobres e ricos" (Noth). No século 10, o reinado já organizava a corvêia, obrigando os camponeses — durante a entre-safra — aos trabalhos de construção. Neste contexto surgem muitas revoltas, como a de Jeroboão (IRs 11,26-40). O sistema cananeu, assumido pelos reis de Israel, mantém-se da corvêia como indica uma carta do século 13, escrita por Biridiya de Meguido ao Faraó: "Ora eu tomo conta de lavouras em Schu-nem e conduzo homens de corvêia".

Os que planejam a construção da torre, têm nela o motivo da sua coesão (v. 4). As cidades propiciavam a coesão da classe expropriadora: a corte, seus funcionários e o exército. Parece-me que o texto deixa isso muito claro, pois coloca essa afirmação de forma direta e não descritiva.

Torre de guerra

O que é a torre? Migdal no hebraico significa *fortaleza*! Uma enorme fortaleza, um *bunker* que chegava aos céus. Não se trata pois de uma construção para elevar o homem à condição de Deus. Sua altura não serve para destronar ou desmoralizar a Deus. Não é obra de orgulho, é necessidade do grupo que planeja. Não é um templo como os *zicrates* da Babilônia. Estes serviam como uma espécie de estação intermediária na viagem do deus à terra. Portanto um *zicurate* destinado a deus servia para facilitar a sua vida, trazer-lhe conforto, não causaria sua ira (como é o nosso caso em 11,5a-8). A torre de Babel, historicamente, era parte principal da defesa militar de uma cidade. Dela os vigias controlavam a planície, suas estradas e os campos. Não tinha função religiosa, embora pudesse receber uma interpretação teológica daqueles que a olhassem de baixo. A torre de Babel era parte da construção que realizavam os escravos de guerra, os camponeses recrutados pela corvêia e os engenheiros do rei.

O texto bíblico dá outra informação reveladora no v. 4: os planejadores da torre não querem mais se espalhar pela planície (como as tribos semi-nômades) e querem tornar famoso o seu nome. Numa exegese sobre este texto, Schwantes afirma que fazer um nome "quase equivale" a estabelecer um reinado! É claro que a ideologia de reinado requer o nome da dinastia em função da estabilidade política.

Teologia popular acadêmica

A exegese científica desta história é quase igual à popular, nos acostumamos a pensar que a torre de Babel seja uma saga contra a pretensão humana de igualar-se a Deus. No v. 5, Deus se manifesta! Ele não vem castigar más intenções ocultas nas mentes e corações dos maus. Não há interesse divino *pelo que* edificam, mas concentra-se tão somente *no que* edificam. O que chama a atenção de Deus é a cidade com sua torre, não as intenções — por certo malvadas — dos responsáveis por ela.

O v. 6, pelo que consigo perceber, é uma análise de conjuntura. Deus procura perceber — como se disso necessitasse — o que há por trás desta edificação. Deus vê três grandezas: o povo, a língua única, o planejamento centralizado. Com a consolidação da cidade, tendo seu centro na fortaleza, não haverá mais o que detenha estes planejadores. Com a consolidação da cidade, com o estabelecimento do seu domínio sobre as roças, não há mais restrições para os desígnios da casa real. Penso que se refere às restrições das leis dos clãs, especialmente os mandamentos. No v. 7, em correspondência à análise que fez, Deus quebra essas três grandezas. Quebra a unidade linguística e a unidade ideológica que ela permite. Quebra o planejamento que não é mais possível. Destrói a unidade de uma única língua, dispersando o povo pelas planícies da terra (v. 8). Este versículo apresenta a criação divina como dispersão. Ela não permite mais a aglutinação nem em torno da cidade (dos camponeses sedentários submetidos ao sistema feudal cananeu) e muito menos dentro da cidade (exército, família real, burocracia estatal). A cidade deixa de ser erguida. Vencem os trabalhadores, perdem os planejadores. A ação divina é universal, atingindo a todos.

Esta perspectiva de olhar para a torre de Babel é nova, mas mesmo entre aqueles que defendem a sua interpretação usual, existem pistas para essa nova interpretação. Von Rad, por exemplo, diz que "Gênesis 10 e 11 são parte de um esboço teológico cujo centro de gravidade se encontra em Gn 12,1-3", sendo esta perícopa a sua "verdadeira conclusão". Ora, Gn 12,1-3 é texto essencial na teologia do clã, dos seminômades, inimigos e vítimas das cidades e suas torres! Por isso, a torre de Babel deve ser ouvida com o ouvido do peão! E seu dedo aponta os que planejam as cidades para concentrarem poder.

Evaldo Luis Pauly é pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e integra o Núcleo Sul do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

PUBLICAÇÕES DO CEDI



Pai nosso (Rubem Alves),
Co-edição com Edições Paulinas. Cz\$ 200,00

Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isso que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: Pai nosso..."



O caminho da escola — luta popular pela escola pública,
Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 100,00

Periferia: desafio à unidade,
Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 100,00

Dois lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia no sul do país.



Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84,
Aconteceu Especial 16, Cz\$ 350,00

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, política e sindical e um levantamento na imprensa sindical e diária dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

Tortura e repressão política

Hélio Bicudo



I SEMINÁRIO DO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS — Depoimentos e debates
Branca Eloya (org.), Vozes, Petrópolis, 1987,
176 pp., 13,6x21 cm.

No Brasil, ainda não se fez um debate profundo e extenso sobre a tortura. O livro *Tortura nunca mais* reúne depoimentos e debates do primeiro seminário realizado no Brasil a propósito desse problema crucial que, adotado como ponto de partida para a repressão política dos anos da ditadura militar, foi o responsável por violações do direito da pessoa à dignidade, ainda quando o embate de ideologias de convivência incompatível seja o fator de divisão de uma sociedade.

A partir da tortura então desencadeada, buscou-se imobilizar as classes dominadas pela brutalidade e pelo medo. Como assinala Leonardo Boff no prefácio de *Tortura nunca mais*, foi então a tortura uma consequência da crueldade com que se trava em nosso país a luta de classes.

A anistia, ainda parcial, permitiu o regresso à comunidade de antigos combatentes pela liberdade, mas foi aproveitada para decretar-se a impunidade de quantos comandaram e praticaram a tortura. Uma impunidade discutível, mesmo porque não se anistia quem não foi punido. E os torturadores no Brasil, muito ao contrário, estão aí a desfrutar dos benefícios obtidos com a atividade nefanda, a ocupar altos cargos públicos alcançados em promoções por merecimento...

Esta é uma questão que não pode ser esquecida. A tortura é crime contra a humanidade e, como tal, imprescritível. E, nessas condições, impõe-se ainda hoje a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis. Não como uma medida de re-

torsão, mas como uma medida de justiça, mesmo porque a reconciliação da sociedade brasileira somente irá ocorrer desde que a justiça seja feita.

A tortura, na verdade, sempre existiu no Brasil. Com ela convivem os marginalizados de todas as espécies. As nossas delegacias de polícia e os nossos presídios são centros de tortura física e psíquica. E aqui, quando se trata de presos comuns, como ali, quando os presos são políticos, a finalidade é a mesma. A tortura é um indicador de controle das populações carentes, impedindo ou dificultando a sua participação no processo político, no seu conjunto.

Essa luta, que deve prosseguir sem tréguas, será fator preponderante para o estabelecimento de uma democracia, que só se concretizará desde que *tortura nunca mais*.

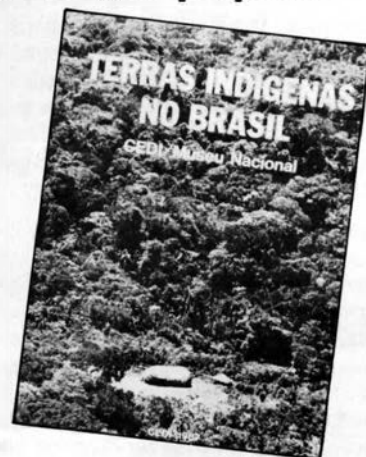
Hélio Bicudo, jurista, é presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo. É autor de *Depoimento sobre o Esquadrão da Morte* (Ed. Revista dos Tribunais) e *Segurança Nacional ou Submissão* (Paz e Terra).

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Saiba porque a terra indígena é farta só no papel!

Publicação que traz os resultados de uma pesquisa conjunta do CEDI e do MUSEU NACIONAL sobre a situação atual das terras indígenas no Brasil. Tem 152 páginas, com apresentação, artigo, nota metodológica, quadros, mapas e listagem completa dos 518 casos estudados.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP



O RETRATO DO BRASIL

O Plano de Ação Governamental tem pelo menos um mérito: o de reconhecer e evidenciar através de suas coloridas páginas o grau de pobreza e subdesenvolvimento da população brasileira. No capítulo da dívida social, o documento do PAG mostra que nem só de déficit público vive o país. Há também os déficits alimentar, educacional, hospitalar, habitacional, de saneamento básico e até de vagas nas penitenciárias.

■ **ALIMENTAÇÃO E MENORES** — Para uma população de 130 milhões de habitantes, há um total de 90

milhões 800 mil pessoas com déficit alimentar. A taxa de mortalidade infantil é de 68 óbitos para cada mil nascimentos. Temos ainda 36 milhões de menores carentes (com renda familiar abaixo de dois salários mínimos) dos quais sete milhões de crianças se encontram em estado de total abandono.

■ **IDOSOS** — O número de idosos vem crescendo nas últimas décadas. Passou de 4,7% da população em 1960 para 5,06% em 1970 e 6,06% em 1980. Ao todo são 8 milhões 900 mil idosos, 47,5% dos quais analfabetos e 4 milhões 500 mil com renda familiar inferior a dois salários mínimos. Entre a população idosa (com mais de 60 anos) dois milhões não possuem qualquer tipo de renda.

■ **EDUCAÇÃO E SAÚDE** — No total existem 24 milhões 200 mil analfabetos, 6 milhões 900 mil na faixa entre sete e 14 anos de idade. A

população não escolarizada alcança a marca de 16 milhões 900 mil pessoas. Os dados sobre saúde não são mais animadores. Nada menos que 46 milhões de pessoas não têm acesso a assistência ambulatorial, 24 milhões ficam sem internações hospitalares e 11 milhões 400 mil pessoas estão infectadas por doenças endêmicas. Além disso, 10% da população brasileira têm algum tipo de deficiência física. São 6 milhões 500 mil deficientes mentais, 1 milhão 900 mil com problemas auditivos, 600 mil cegos, 2 milhões 600 mil deficientes físicos e mais 1 milhão 300 mil com diversas outras deficiências.

■ **HABITAÇÃO** — Não existe água encanada em 9 milhões 700 mil domicílios, 14 milhões 500 mil não têm instalações sanitárias e 5 milhões 700 mil residências não contam com energia elétrica. Com o déficit habitacional urbano de 9 milhões 300 mil moradias, 59 milhões 700 mil pessoas moram em condições precárias.

■ **CAMPO** — A maior parte das terras (66,82%) está concentrada em poder de 3,74% dos proprietários. Ao todo 10 milhões 600 mil pessoas não possuem terra ou sua quantidade é insuficiente. O diagnóstico aponta ainda 92 mil trabalhadores rurais acampados sem terra e 4 milhões 200 mil bóias-frias.

■ **SEGURANÇA** — O déficit no sistema carcerário (116.037 vagas) é o dobro da população prisional (83.243). A capacidade das penitenciárias (41.681) é quase idêntica ao número de presos à espera de vagas (41.562). São números impressionantes, mas que mesmo assim perdem para a quantidade de mandados de prisão não cumpridos no país: 124.475 pessoas têm prisão decretada, mas não foram detidas.

Plano de Ação Governamental, do Presidente Sarney, Jornal do Brasil, 1/10/1987

